



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ROBERTA MACHADO ARAÚJO

**OS IMPASSES DO PROCESSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
EM SERVIÇO SOCIAL**

Salvador
2019

ROBERTA MACHADO ARAÚJO

**OS IMPASSES DO PROCESSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Samira Safadi Bastos

**Salvador
2019**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha avó, Quilda (in memorian) que forjou o meu caráter, e que me ensinou através da sua existência, a resistir, enfrentar e amar. Tudo de bom que há em mim, se construiu e ainda resiste, porque um dia encontrei com você. Eu te amo.

Aos meus maiores incentivadores, minha mãe e meu avô Miro, pois sei que vocês acreditam em mim, como jamais alguém fez. Vocês realmente me fazem acreditar que eu posso ir além sempre.

Aos meus familiares também, pela paciência e incentivo financeiro, fundamental para viabilizar minha permanência na universidade e possibilitar essa vivência acadêmica mais suave.

Ao meu companheiro por colaborar no sentido de amenizar o desgaste da rotina acadêmica.

Gratifico também a mim, por toda minha força e estratégia para lidar com a vida, e com todas as adversidades que potencialmente tendiam me fazer parar.

E todas as pessoas que passaram pelo meu processo de formação profissional, assistentes sociais que foram espelho e despertar para o meu ingresso no curso de Serviço Social, as minhas companheiras de turma e professoras por construir comigo tantas reflexões e amadurecimento profissional.

ARAÚJO, Roberta Machado. Os impasses do processo de estágio não obrigatório em Serviço Social. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social - Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Na presente produção traremos uma breve discussão sobre o processo de formação profissional em Serviço Social, pensado a partir de perspectivas de críticas a lógica capitalista mundialmente hegemônica, porém localizado em um contexto histórico de avanço neoliberal e ataque a educação. Para tanto, traremos como objeto de estudo o estágio curricular não obrigatório, e suas relações com as instituições universitárias e concedentes de vagas de estágio, e os impactos da conjuntura política sob esses três elementos. Compreendo que é relevante abordar essa temática, e estabelecer reflexões e proposições em torno do processo de estágio não obrigatório, porque quando avocado a essência do seu sentido para os estudantes universitários e instituições concedentes, torna-se evidente a utilização do estágio como possibilidade de obtenção de recursos financeiros, o esvaziamento de sua função pedagógica e a apropriação da modalidade como mão de obra barateada por parte das instituições concedentes, destituída de direitos. Obviamente, transpassando a categoria profissional como um todo, uma vez que os estudantes se encontram por vezes, em situação de exploração nos campos de estágio sofrendo impactos diretos no seu processo formativo e sobretudo devido a colaboração desse processo para o afastamento de profissionais graduados das vagas de emprego preenchidas por estagiários, possibilitando ainda mais exploração de profissionais e estagiários. Para discorrer em torno da temática foi utilizado a metodologia de análise documental e bibliográfica, através da análise de produções referentes ao tema em questão, e breves documentos com informações referentes ao local de observação onde estabeleceu-se a prática de estágio da pesquisadora. Através desse estudo concluiu-se que o cenário educacional brasileiro sofre influências externas neoliberais, bem como de nossas elites. Esses impactos são sentidos também no processo de estágio em serviço social, e a categoria profissional utiliza de algumas estratégias para enfrentá-los. Porém, o Serviço Social brasileiro apesar de materializar permanentemente estratégias de enfrentamento com articulação política a nível mundial e resistir junto a diversas camadas da sociedade, e movimentos sociais combativos, não garante que sozinho obviamente – e por vezes nem coletivamente com outras categorias e grupos de luta - frear os processos de influência e ataque neoliberal nos espaços de formação e também de estágio.

Palavras chave: Estágio; Serviço Social; Educação.

ARAÚJO, Roberta Machado. The impasses of the non-compulsory internship process in Social Work. Final work of undergraduate course in Social Work - Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

In the present production we will bring a brief discussion about the process of professional formation in Social Work, thought from the perspectives of criticism of the world hegemonic capitalist logic, but located in a historical context of neoliberal advance and attack on education. For that, we will bring as object of study the non compulsory curricular internship, and its relations with the university institutions and internship grantors, and the impacts of the political conjuncture on these three elements. I understand that it is relevant to approach this theme, and to establish reflections and propositions around the non-compulsory internship process, because when the essence of its meaning is invoked for university students and granting institutions, it becomes evident the use of internship as a possibility of obtaining of financial resources, the emptying of its pedagogical function and the appropriation of the modality as a cheap labor by the granting institutions, without rights. Obviously, bypassing the professional category as a whole, as students are sometimes in a situation of exploitation in the internship fields suffering direct impacts on their formative process and above all due to the collaboration of this process to remove graduated professionals from job vacancies filled by interns, enabling further exploitation of professionals and interns. To discuss the theme was used the methodology of documentary and bibliographical analysis, through the analysis of productions related to the subject in question, and brief documents with information regarding the place of observation where the researcher's internship practice was established. Through this study it was concluded that the Brazilian educational scenario suffers neoliberal external influences, as well as our elites. These impacts are also felt in the internship process in social work, and the professional category uses some strategies to address them. However, the Brazilian Social Work, despite permanently materializing coping strategies with political articulation at world level and resisting with different layers of society, and combative social movements, does not guarantee that alone obviously - and sometimes not even collectively with other categories and groups of people. fight - to curb the processes of influence and neoliberal attack in the spaces of formation and also of internship.

Keywords: Stage; Social Service; Education.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 06 |
| CAPITULO 1 - CONJUNTURA POLÍTICA E PROCESSO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL..... | 08 |
| 1.1 SITUANDO O DEBATE: NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL..... | 08 |
| 1.2 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CONJUNTURAS E SUAS IMPLICAÇÕES EM LIMITES E POSSIBILIDADES..... | 13 |
| 1.3 PROCESSO DE APRENDIZADO E UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA..... | 25 |
| 1.4 CONJUNTURA NEOLIBERAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ESVAZIAMENTO DO CARÁTER PEDAGÓGICO DO ESTÁGIO..... | 31 |
| CAPITULO 2- A EXPERIÊNCIA COMO POSSIBILIDADE REFLEXIVA..... | 41 |
| 2.1 A INSTITUIÇÃO..... | 41 |
| 2.2. PÚBLICO ALVO E USUÁRIOS..... | 43 |
| 2.3. AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL..... | 43 |
| 2.3.1. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS MULTIRÕES..... | 44 |
| 2.3.2. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES: ORGANIZAÇÃO PROJETOS COMUNITÁRIOS..... | 47 |
| 2.4. PROBLEMATIZAÇÃO..... | 49 |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 50 |
| REFERÊNCIAS..... | 52 |

INTRODUÇÃO

Na presente produção traremos uma breve discussão sobre o processo de formação profissional em Serviço Social, pensado a partir de perspectivas de críticas a lógica capitalista mundialmente hegemônica, porém localizado em um contexto histórico de avanço neoliberal e ataque a educação. Para tanto, traremos como objeto de estudo o estágio curricular não obrigatório, e suas relações com as instituições universitárias e concedentes de vagas de estágio, e os impactos da conjuntura política sob esses três elementos.

Justifica-se o interesse pela temática a partir do ingresso da pesquisadora nas modalidades de estágio curricular obrigatório e não obrigatório de maneira simultânea em instituições de saúde diferentes e de mesma natureza jurídica filantrópica, e a partir de então inicia-se o processo de verificação através da experiência de discrepâncias entre as condições materiais em que a prática se estabelecia, bem como disparidades entre as relações institucionais. Verificava-se que na modalidade de estágio curricular obrigatório, a instituição concedente estabelecia uma relação mais próxima ao projeto pedagógico do Serviço Social, enquanto na modalidade de estágio não obrigatório eram mitigadas as preocupações em aproximação do critério pedagógico presente na modalidade de estágio, a qual inclui a articulação reflexiva como elemento fundamental presente no processo de estágio.

Compreendo que é relevante abordar essa temática, e estabelecer reflexões e proposições em torno do processo de estágio não obrigatório, porque quando avocado a essência do seu sentido para os estudantes universitários e instituições concedentes, torna-se evidente a utilização do estágio como possibilidade de obtenção de recursos financeiros, o esvaziamento de sua função pedagógica e a apropriação da modalidade como mão de obra barateada por parte das instituições concedentes, destituída de direitos. Obviamente, transpassando a categoria profissional como um todo, uma vez que os estudantes se encontram por vezes, em situação de exploração nos campos de estágio sofrendo impactos diretos no seu processo formativo e sobretudo devido a colaboração desse processo para o afastamento de profissionais graduados das vagas de emprego preenchidas por estagiários, possibilitando ainda mais exploração de profissionais e estagiários.

Para discorrer em torno da temática foi utilizado a metodologia de análise documental e bibliográfica, através da análise de produções teóricas de autoras como

Valeria Forti, Claudia Mônica dos Santos, Alzira Lewgoy entre outras referentes ao tema em questão, e documentos como relatório de estágio contendo informações referentes ao local de observação onde estabeleceu-se a prática de estágio da pesquisadora.

A presente produção está organizada em dois capítulos, contendo no primeiro uma breve explanação sobre a realidade do educação brasileira, sendo o Brasil um país periférico, como o processo formativo e de estágio curricular não obrigatório em Serviço Social se desenvolve na conjuntura neoliberal, a importância da dimensão ético política e a supervisão de estágio durante o processo formativo, como possibilidade de enfrentamento a lógica hegemônica capitalista, a unidade entre a teoria e prática presente no processo de estágio e a relação entre a lei federal de regulação do estágio (11.788/2008), e os interesses do mercado.

No capítulo dois está contido, um relato de experiência em torno do processo de estágio da presente pesquisadora, qual motivou maior investigação em torno da conjuntura política, realidade do trabalho, estágio e processo de formação. Neste descreve-se as ações executadas por parte da equipe profissional da instituição cuja atividade de estágio foi desenvolvida, onde localizava-se as atribuições dos estagiários e assistentes sociais, e as relações entre as ações e as dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

Espero que os conhecimentos aqui sintetizados, possam servir como veículo estimulador de reflexão, e busca por um processo de formação em Serviço Social progressivamente qualificado, qual contemple os critérios básicos para construção de conhecimentos, e que consiga analisar problemáticas pertinentes presentes na sociedade e sobretudo internamente na realidade dos estudantes, dos profissionais e da categoria profissional como um todo, no sentido de propor mudanças possíveis e lúcidas perante a materialidade.

CAPITULO 1 - CONJUNTURA POLITICA E PROCESSO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, pretendemos explicar sobre aspectos da relação entre a educação no Brasil e algumas de suas influências neoliberais, trazendo alguns desafios presentes no processo de formação em Serviço Social. Tais influências se localizam desde as bases do processo formativo, ou seja, nos formatos e sentidos que a educação adquire nas conjunturas neoliberais, bem como na relação que a aprendizagem do exercício profissional estabelece com as instituições concedentes do Estágio.

Buscaremos assim, na dimensão teórico-metodológica, ferramentas de reflexão em relação a realidade e sobre o projeto ético-político do Serviço Social, e, mais adiante, sobre a supervisão acadêmica nos moldes da nossa categoria, sendo estes elementos possíveis de suporte para contribuição ao enfrentamento da lógica hegemônica capitalista.

1.1 SITUANDO O DEBATE: NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Percebe-se que o sistema político-econômico capitalista exerce influência nos diversos aspectos da vida da classe trabalhadora, e de seus diversos estratos, sendo eles, localizados na produção e reprodução da vida social, ou seja, nas relações de trabalho, na forma de organização, e principalmente, na distribuição e redistribuição da renda socialmente produzida pelas trabalhadoras e trabalhadores.

Desta forma, tem influências diretas e indiretas, objetivas e subjetivas, em muitas áreas e dimensões da sociabilidade, com perdas e precarizações nas políticas sociais de assistência social, de habitação, da educação, da saúde, entre outras. O capitalismo e seus grupos poderosos utilizam várias estratégias e ferramentas de controle da vida social, como por exemplo, cada vez mais concentração de riqueza, monopólio ideológico, com fortes nuances nos espaços educacionais, assim como uso e criação de documentos oficiais, expressos nesses a sua lógica de condução das várias dimensões da vida humana para produção de lucro através de relações de exploração.

No âmbito da educação, a depender do norteamento dos ambientes de formação, obtém-se um espaço potente de investigação e reconhecimento perante as

condições sociais atuais, de forma que, quando acessado pela classe trabalhadora, pode assumir a função de um vigoroso veículo para formação política de enfrentamento a lógica capitalista, resguardadas as condições reais precarizadas em que esta política ocorre na esfera pública.

Portanto, os ataques a educação pública significam uma tentativa de minar as possibilidades de formação, e, sobretudo de formação política da classe trabalhadora, através do afastamento das possibilidades de acesso a investigação e compreensão perante a realidade em que vivem, com isso dificultando o processo de reorganização política.

Vale destacar que a relação entre a lógica do capital e os processos formativos, através, por exemplo, da escolarização e das respectivas instituições de ensino, se estabelecem historicamente, pelo jogo de forças de luta entre as classes, assim como constantemente se reorganizam.

Dessa maneira, parte da intencionalidade das instituições de formação, ainda que mudando seus métodos, é formação técnica para inserção no mercado de trabalho e formação ideológica, que pode ser no sentido de investigar, refletir e questionar as ordens societárias, ou o que é infelizmente o mais comum: reafirmá-las, inclusive pelo simples fato de abster-se de questionamentos.

Portanto, o espaço educacional, é também um espaço de disputa política, visto que podem oferecer e construir referências convidativas ao enfrentamento e questionamento de ideologias dominantes.

Desde sua constituição enquanto instituição na Europa entre os séculos XIV e XV, e sua consolidação na Idade Moderna com o advento do Capitalismo como modo de produção dominante, a escola tem cumprido um duplo papel: garantir a qualificação técnica necessária para o funcionamento do sistema econômico vigente e a construção de uma ideologia que lhe dá sustentação. (MÉSZÁROS apud BRAGA; LOPES, 2019, p. 18).

Conforme aponta Meszaros (1981), historicamente a escola garante através do ensino técnico, a formação de mão de obra necessária para abastecimento do mercado de trabalho, dando possibilidade de funcionar o sistema de produção capitalista, assim como através deste mesmo processo educacional desenvolve uma ideologia que possibilita a nutrição do modo de produção.

Obviamente, sem a oferta e formação de material humano apto tecnicamente para operar as engrenagens deste sistema de produção econômico, não seria possível no sentido material fazê-lo funcionar, porém para a sua reprodução é preciso

também alcançar o aspecto imaterial, de forma que ideologias possibilitem a sustentação do capital, atribuindo significado aos seus processos, de forma a torná-los inclusive aceitáveis o mais passivamente possível.

Vale destacar que especificamente no Brasil, múltiplas determinações contribuem para a constituição do modelo societário e educacional atual, visto que historicamente esteve na condição de subalternidade enquanto colônia de exploração, proporcionando acúmulo e desenvolvimento para outras nações, e sua passagem ao capitalismo ocorre de forma tardia e em posição de dependência econômica perante nações do capitalismo central.

Isto quer dizer que esses processos de mudanças sociais, políticas e econômicas, possibilitam a aproximação e novas possibilidades de comercialização entre as nações, porém é preciso compreender que estes não são uniformes em todas as partes do globo, e cada nação chega até ele portando suas particularidades. Portanto, segundo Braga e Lopes (2019, p.19) “Neste sentido, entende-se que não existe um processo de globalização, mas processos de globalizações, plurais, multifacetados e que se manifestam em dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais.”

A aproximação entre diferentes nações, sob condições desiguais financeiramente, além de favorecerem a exploração a nível mundial de uma nação sobre a outra, impacta na cultura e sociedade, bem como em múltiplas de suas dimensões.

Essa nova ordenação social e econômica passa a demandar a construção de instituições de regulação do comércio a nível mundial, tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que além de colaborarem financeiramente na reconstrução de nações, passa a influenciar no comércio e relações a nível internacional, conferindo valores financeiros a países em desenvolvimento e fazendo a estes também exigências de controle de gastos públicos.

Para receber ajuda financeira e técnica das instituições, assim como para captar recursos de investidores ligados aos órgãos, os países precisavam se adequar a uma série de exigências macroeconômicas como o corte de despesas e ajustes estruturais, privatização de setores empresariais e produtivos do Estado, desregulamentação da economia e a focalização nos gastos com social. (BRAGA; LOPES, 2019, p.20).

Nesse sentido, essas instituições que aparentavam finalidade de possibilitar mediações entre as nações, e concessão de ferramentas técnicas para desenvolvimento, exercem fortíssima influência de direcionamento político e econômico nas nações periféricas. Quando se demanda incentivo financeiro a tais

instituições, como contrapartida deve atender a uma série de exigências não somente diretamente econômicas, bem como tocantes no aspecto político, como, por exemplo, na relação entre o estado e a sociedade, através do seu “enxugamento”. Importante local de atenção nessa relação entre instituições mundiais e países periféricos, diz respeito a educação.

Um dos aspectos que as instituições financeiras multilaterais têm maior inserção, principalmente nos países periféricos do sistema capitalista mundial e dos recém-saídos do mundo socialista é a questão da Educação. Como o que predomina é uma lógica de condicionalidades cruzadas, isto é, um país para receber auxílio financeiro deve necessariamente ser signatário dos demais acordos e fazer os ajustes macroeconômicos neoliberais, a assessoria técnica e financeira na educação só se dá mediante a inclusão do país nas diretrizes do Consenso de Washington. (BRAGA; LOPES, 2019, p.21).

Portanto, mediante ao exposto é entendível que, existe um empreendimento dessas entidades, quais se colocam enquanto multilaterais, ou seja, representante dos interesses de vários países, em exercer influência nos países periféricos, valendo-se da carência financeira majoritariamente herdada e reproduzida através de processos exploratórios entre nações e povos.

Conforme aponta Haddad (2008), a partir de 1970, o Banco Mundial passa a estabelecer relações com os países periféricos. Nesse cenário a nível mundial, o Brasil encontra-se como um país periférico demandante de empréstimos a essas instituições, e que em contrapartida alinha sucessivamente o modelo educacional conforme as entoações propostas por organizações mundiais internacionais, em essência capitalista neoliberal, sendo inclusive continuidade dos modelos educacionais impostos desde o Brasil Colônia.

Pode-se perceber o alinhamento das políticas educacionais brasileiras às diretrizes das instituições financeiras multilaterais, sobretudo, no governo de Fernando Henrique Cardoso e principalmente na implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, FUNDEF. Mesmo que não se possa dizer que o fundo é resultado direto da intervenção dos organismos multilaterais, um dos seus pontos mais característicos – a focalização no ensino fundamental – pode ser considerada diretriz contida no ideário do Consenso de Washington. (BRAGA; LOPES, 2019, p.22).

Percebe-se dessa forma que o cenário educacional brasileiro, assim como em outras nações periféricas, a exemplo Chile, Uruguai e outras na América Latina, está sendo transpassado por ideologias dominantes de cunho neoliberal, sobretudo por grande influência externa, ratificando a evidência do interesse político externo, por um

modelo educacional nos países periféricos que sustente o sistema capitalista em suas necessidades materiais e ideológicas.

A história possibilita visualizar, que o sentido e acesso à educação está em disputa em todo o mundo, e mais ainda nos países periféricos por busca de lucros nessa fatia de mercado de política pública que vai sendo privatizada. Tal disputa se expressa a nível micro entre as classes internas e seus estratos, e a nível mundial entre países capitalistas desenvolvidos e periféricos.

Atualmente, no Brasil, a educação superior pública é alvo de novos ataques neoliberais, objetivando majoritariamente minar a referência política contra hegemônica representada por esses espaços, de várias maneiras como tentativas sucessivas de imposição da perda da autonomia financeira e da produção de conhecimento.

Essas intenções neoliberais se manifestam neste espaço através de privatizações e da desidratação financeira por parte do Estado, a qual compromete as estruturas físicas e de funcionamento da instituição, além das produções de pesquisa, eventos, assistência estudantil, criminalização dos docentes quando atingem ideologias hegemônicas conservadoras neoliberais, precarização das relações de trabalho do corpo universitário através de terceirizações, direcionamento do processo educacional para formação técnica abastecedora do mercado de trabalho, assim como paralelamente ao cenário das instituições públicas, amplia-se da modalidade de educação a distância e privada.

A representação atual do avanço neoliberal frente a educação superior pública por exemplo, e suas características de qualidade e universalidade, se expressa no programa FUTURE-SE, proposto pelo Ministério da Educação como alternativa ao descontentamento manifesto pela comunidade acadêmica, perante um contingenciamento financeiro direcionado as universidades públicas. Este programa incide tanto no ensino superior, nas Universidades Federais, quanto no ensino médio, nos Institutos Federais. Em síntese, este programa abre a possibilidade para investimento financeiro e gestão privada nos centros de educação públicos, incidindo diretamente na intensificação da subordinação educacional aos interesses neoliberais, e perda da autonomia institucional.

Um dos principais pontos em que se concentra a proposta do FUTURE-SE, diz respeito ao atendimento a demanda financeira das Universidades Federais e Institutos Federais, por via de parcerias com instituições privadas, assim como a gestão desses

espaços por meio de Organizações Sociais. Essa perspectiva aponta para o início de processo de privatização do espaço educacional público, e a gestão deste a partir da perspectiva empresarial onde o objetivo primeiro é o lucro e em segundo plano as necessidades educacionais. Esse processo tende a intensificar cada vez mais o sentido da educação para formação técnica para o mercado de trabalho.

É importante também destacar que, ao que se refere a autonomia de produção de conhecimentos e pesquisa universitária, a aproximação de instituições privadas pode influenciar diretamente sobre os tipos de pesquisa que serão produzidas dentro desse processo de financiamento e gestão privada, onde os interesses e benefícios sociais conquistados a partir de descobertas científicas podem ser minorados, e sobrevalorizado os projetos que possibilitem maior aquisição de lucros para os investidores.

Enfim, a partir deste breve panorama sobre os impactos do neoliberalismo na educação, onde pretendemos demonstrar que as reflexões sobre a experiência de estágio não obrigatório não poder estar desvinculada de olhares sobre a conjuntura.

Em razão dos impactos fatalmente ocorridos na qualidade do ensino e do papel da educação, seja ela para reprodução do modo de produção ou para a construção de viés libertador, o papel da/o assistente social na docência e nas outras áreas das políticas sociais, e seus lócus de atuação não poderão prescindir deste pano de fundo, visto que ele circunscreve a nossa sociabilidade.

No item que segue adentraremos então nas reflexões sobre a ação profissional da nossa categoria, na relação com estas implicações da contemporaneidade.

1.2 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CONJUNTURAS E SUAS IMPLICAÇÕES EM LIMITES E POSSIBILIDADES

Precedente a submersão na discussão sobre o processo de estágio no Serviço Social, consideramos fundamental compreender a existência de limites, possibilidades, tensões e desafios quais se estabelecem desde a inserção dos estudantes nas unidades de ensino, perpassam o processo de estágio e atingem as relações de trabalho e supervisão de estágio de assistentes sociais.

Para tanto, utilizaremos como referências fundamentadoras do diálogo qual pretende-se estabelecer na presente produção, as autoras Alzira Lewgoy, Vera Nubia, Forti e Guerra, Claudia Monica dos Santos, Carini Souza e Jaime Hillesheim. Estas

nos auxiliarão na elucidação acerca dos desafios presentes no processo de formação em Serviço Social, e possíveis estratégias de enfrentamento como por exemplo o fortalecimento da dimensão ético política conforme aponta Lewgoy (2013), bem como os desafios presentes no processo de estágio decorrentes da influência neoliberal perante a diversas dimensões da vida humana, qual atinge o processo educacional a prática do estágio e as condições de trabalho de assistentes sociais.

Conforme aponta Lewgoy (2013) um dos desafios apresentados ao Serviço Social na atualidade, é justamente conseguir estimular a discussão crítica e reflexiva acerca da prática profissional, orientada através do plano ético-político, diante de uma rotina profissional permeada por complexidades, as quais principalmente são oriundas da atual conjuntura política capitalista, neoliberal, que contraria os direitos sociais e que inclusive submete assistentes sociais e estagiários a processos intensos de exploração.

O estímulo ao movimento reflexivo, requer sobretudo dos profissionais e estudantes, além da apreensão teórica crítica como ferramenta auxiliadora no processo de interpretação dos eventos e contextos, a possibilidade concreta de execução desse movimento. Evidente, que a realidade dos espaços de trabalho e instituições de ensino não se qualificam de maneira similar a todos os estudantes e assistentes sociais, e por vezes apenas a leitura crítica em torno dos processos que lhes permeiam, não é suficiente para estimular processos reflexivos, sintetizar pensamentos e além disso materializá-los em ações profissionais transformadoras.

Conforme supracitado, a materialidade das relações de trabalho e ensino aprendido nas conjunturas neoliberais, são marcadas por características de intensa exploração dos indivíduos presentes nesse processo, onde nas relações de trabalho, através do assoberbamento de tarefas, das fragilidades de vínculos de trabalho e consequente despolitização coletiva, em busca da urgente sobrevivência individual, o caráter crítico reflexivo profissional é esvaziado em prol da prioridade no atendimento as necessidades institucionais como forma de justificar e garantir a permanência profissional nas unidades empregadoras.

Essa condição de exploração coletiva, evidentemente traz também rebatimentos no processo de estágio. Desde o momento de introdução a formação profissional, através da vivência em instituições de ensino cada vez mais desvalidas das potencialidades educacionais, e precarizadas em suas relações institucionais qual atinge também professores/supervisores de estágio, os estudantes estagiários, por

vezes vivenciam a sensação de desamparo principalmente quando inseridos em campo, tanto por meio das referências nos campos de estágio (assistentes sociais supervisores de campo), quanto por supervisores acadêmicos, professores e universidade, manifestos esse desamparo das mais diversas formas, inclusive na ausência e estímulo a reflexão crítica, indispensável também do momento de estágio.

O pensamento crítico reflexivo, abalizado na dimensão ético política do Serviço Social, suscita questões que por vezes contrariam os interesses institucionais, e a lógica hegemônica do capital, e, portanto, quando colocado questão nas micro relações, põe em risco relações institucionais de trabalho, de contrato de estágio e até mesmo relações interpessoais estabelecidas nos diferentes espaços. Considerando isto, não somente por incapacidade teórica de norteamento, ou até mesmo de tempo, mas por riscos materiais de represálias, o caráter crítico acaba muitas vezes sendo suprimido, ou minorado. Ou seja, aqui encontrasse um desafio de estimular reflexões por vezes contrapostas a realidade material em que se inserem estudantes e profissionais, mas que são vitais ao desenvolvimento profissional, e inclusive das respostas profissionais.

Nesse sentido, o direcionamento crítico reflexivo apontado no plano ético-político da profissão, contraposto a antiga “ética da neutralidade”, quando materializado configura-se como uma ferramenta de possibilidade de enfrentamento a lógicas hegemônicas, e sobretudo de apoio e defesa a qualificação do exercício profissional de forma ampla, uma vez que o estímulo a reflexão em torno dos contextos sócio políticos, e politização dos sujeitos em coletividade orientada através de princípios éticos em comum, acaba por espelhar nas relações e processo de trabalho, como também através do processo crítico reflexivo é possibilitado aos assistentes sociais propor respostas as demandas do trabalho mais coerentes e equilibradas entre as possibilidades e limites de ação.

Portanto, apesar da simplicidade com que se apresenta a adoção de posturas políticas e alinhamento ético no discurso orientador da profissão, é preciso considerar que essa dimensão ético política, além de carregar necessidade de estender-se durante o processo de formação e prática profissional, é um desafio presente no cotidiano profissional dirigido por uma lógica hegemônica capitalista, que avança na despolitização, individualização, exploração e subalternização da classe trabalhadora, contrário aos próprios princípios éticos preconizados no próprio código de ética do serviço social, propositor de apoio a garantia de direitos sociais, comprometido com a

classe trabalhadora, e que sugere profissionais com competência técnica e política no desenvolver de suas ações. Esse desafio é sobretudo, o de lutar politicamente e materializar ações, quando o indivíduo se encontra também em situação de exploração do trabalho, e sob as mesmas condições que busca intervir profissionalmente.

O desafio é o espriar o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que exige reflexão e posturas críticas e ético-políticas sobre o nosso agir profissional – num cotidiano muitas vezes avesso aos direitos sociais. (LEWGOY, 2013, p.68)

Entender o projeto ético político, no Serviço Social, de todo modo acaba por transpassar também os processos de estágio, indispensáveis a formação profissional e também impactados por contextos políticos e seus rebatimentos na educação e no trabalho.

Atualmente o ensino superior, especificamente, as universidades, são marcadas em maior ou menor proporção pela ideologia dominante neoliberal. Nesse sentido, universidades em diferentes territórios e formas de administração (público ou privada), são marcadas por condições impostas pelo capital. Este orienta-se em busca da manutenção e ampliação do processo de acumulação e conseqüentemente intensificação da exploração da classe que sobrevive do trabalho.

O reverberar dessa logica no processo educacional, será além da monetarização da educação, a influência no sentido da educação, fazendo-a orientar-se através do critério base para construção do conhecimento, a aquisição de habilidades técnicas, de competências, para ingressos nos diferentes espaços de trabalho, de forma que através dessas aquisições seja possível garantir a subsistência. Obviamente, repercutindo na qualidade do ensino, nas possibilidades de pesquisa, de extensão, e nos processos de estágio curricular.

O estágio é percebido nesse contexto, como uma atividade curricular de inserção de estudantes em espaços ocupacionais, um momento da formação acadêmica que tem por objetivo a aproximação ao exercício profissional e a capacitação, como definem as diretrizes curriculares da área aprovadas no âmbito do conselho nacional de educação do ministério da educação- CNE/ MEC (BRASIL, 2002).

Ou seja, no contexto das instituições de ensino funcionais, cuja orientação do processo de formação é a preparação para o mercado de trabalho, o estágio curricular, assume a função de aproximar o discente da prática profissional, bem como capacitá-lo para o exercício da profissão através da apreensão de habilidades próprias

do cotidiano profissional, o que de todo modo não está incoerente, porém, alinhado aos princípios éticos políticos do Serviço Social, pensar e construir uma formação profissional requer o desenvolvimento de habilidades que extrapolam a apreensão técnica, o uso de instrumentos de trabalho e a capacidade de responder a demandas, e adentra a construção da capacidade individual e coletiva de análises conjunturais, articulação política, de forma que inclusive a reflexão além do aparente, reflita em ações de trabalho equilibradas entre a realidade e as possibilidades de intervenção. Isto é possibilitado, apenas através de um processo de formação diverso e não centrado na apreensão de ferramentas técnicas.

Evidente que os processos educacionais e as próprias instituições de ensino localizam-se em contextos sócio históricos, e por esses são influenciadas. Historicamente a organização sócio econômica capitalista, tem influenciado as dimensões da vida humana, para além da organização do mundo do trabalho, e constantemente se rearranja em todas as dimensões em que consegue alcançar, para conseguir reproduzir-se.

Devido a esses processos de adaptações e rearranjos sociais para manutenção capitalista as universidades paulatinamente são transpassadas por seus ideais, e inclinam-se ao atendimento das necessidades do modelo neoliberal, no sentido de formar profissionais técnicos e conseqüentemente abastecer o mercado de trabalho. Inclusive, centra crescentemente os processos de formação profissional no desenvolvimento de habilidades necessárias ao ingresso no mercado de trabalho, mitigando as potencialidades do processo educacional na construção de habilidades outras, como por exemplo a habilidade crítico reflexiva e política, potencialmente transformadora societária.

Paralelamente a esse processo supracitado, entendido também como uma face da precarização da educação, o Serviço Social vem empenhando-se em construir uma proposta de formação profissional que faça frente a precarização do processo ensino aprendizagem, mas que possibilite aos estudantes a qualificação técnica necessária a inserção no mercado de trabalho, visto que adentrar ao mercado de trabalho, é também alternativa de sobrevivência e emancipação financeira.

No caso do serviço social, o conjunto de competências e habilidades requeridas nas diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC evidencia uma formação que tanto atende ao modelo de ensino superior em evidencia, quanto permite a existência de possibilidades de construção de uma proposta pedagógica que busque no projeto profissional do Serviço Social brasileiro, a sustentação para uma formação crítica da realidade social e criativa para

superar os desafios que essa realidade impõe as profissões. Isso significa dizer que as diretrizes curriculares, tal como se apresenta no marco regulatório não incorpora, para fins de análise, o processo de discussão e os elementos de debate no campo teórico, metodológico e político do documento elaborado pela entidade de ensino e pesquisa da categoria profissional (SANTOS, 2017, p 54).

No caso do curso de Serviço Social, a proposta de formação profissional permite pensar e construir uma formação que atenda tanto aos interesses mercadológicos existentes, como também ampliar os horizontes de formação proporcionando aos estudantes a possibilidade de construção de capacidades de análise crítica e criativa da realidade social.

Todavia compreendemos que, apesar do desafio proposto pela realidade social a qual se submete um grande quantitativo de estudantes em busca de uma qualificação profissional para inserção em algum espaço de trabalho, o curso do serviço social, mantém uma perspectiva de formação profissional ampliada. Onde, inclusive atenta em seu próprio Código de Ética, que compreender apenas o arsenal técnico para uso no exercício profissional, torna-se insuficiente para formação em Serviço Social, pois a própria compreensão do objeto de intervenção da profissão, sendo ele transpassado por elementos sócio históricos, exige do profissional extrapolar o imediato e realizar análises que envolvem o contexto social ao qual está inserido.

Aqui, portanto, localiza-se o desafio de resgatar cotidianamente desde o processo de formação, a prática profissional e o caráter crítico reflexivo da profissão previsto na dimensão ético-política, onde face a realidade encontra-se minorado.

Esse desafio materializa-se durante o processo de estágio, na desconexão e /ou desequilíbrio entre o tripé de formação, e adentram as realidades institucionais empregadoras e de ensino, onde tudo aparenta caminhar para os rumos contrários a orientação ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo preconizadas no projeto de formação profissional.

E não somente nas instituições concedentes de estágio, dentro das instituições de ensino cada vez mais interesses antagônicos se expressam, atingindo também o espaço do estágio, à medida que a realidade concreta nos oferece por vezes as condições adversas às orientações indicadas para o processo de formação profissional.

A contrarreforma do Estado e os impactos na Política de Educação Superior trazem novas configurações para a formação profissional,

consequentemente, novos rebatimentos no processo de supervisão de estágio. A universidade, ao adaptar-se às exigências do modelo neoliberal, passa a ser concebida como entidade administrativa, regidas por ideais de gestão, de planejamento, de previsão, de controle e de êxito, não questionando assim as razões de sua existência e sua função social (LEWGOY, 2013, p.69).

Esse processo de articulação de todas as esferas da socialização em benefício do capital caminha historicamente, alcançando as instituições de formação profissional, seus projetos de formação, sua estrutura material e humana. Evidentemente, o estágio curricular se insere enquanto uma atividade que exige da instituição suporte material e imaterial para seu desenvolvimento dentro e fora do espaço físico da universidade. Como por exemplo, boa articulação entre a universidade e espaços concedentes de vagas de estágio, oferta de professores supervisores acadêmicos, entre outros. Nesse sentido, é importante compreender as condicionantes que permeiam a atividade de estágio, e de que forma elas implicam neste processo.

Parte das condições, sob as quais se desenvolve o processo de estágio, são determinadas através dos impactos neoliberais tanto na educação, através da precarização do espaço educacional direcionando os sentidos da educação, monetizando o processo educacional através da educação privada, como também atingindo a estrutura de sustentação desses espaços, através da precarização das relações de trabalho dos docentes e demais categorias profissionais que compõem a estrutura de funcionamento do espaço universitário.

A universidade, ou espaços de formação, conforme aponta Lewgoy (2013), adaptaram-se as exigências neoliberais, absorvendo parte dos seus princípios e termina por reproduzir também no sentido no qual orienta os processos de formação.

A concepção de formação profissional deixa de ser aquela alicerçada num tempo e espaço construídos historicamente e passa a ser direcionada para o saber “pragmático” e “instrumental”, “operativo”, “intencionalizado”, produzido sob encomenda, para que as coisas funcionem. (LEWGOY, 2013, p.70).

A autora apresenta a perda do caráter formativo da universidade, a qual se sustentava considerando contextos históricos e materiais, favorecendo, portanto, a compreensão da totalidade, e hoje se direciona para a formação majoritariamente técnica em função do funcionamento objetivo da existência (material e imaterial).

E para nós, ao suprimir parte do caráter reflexivo formativo no que diz respeito a compreensão do tempo e espaço construídos socialmente, implica indiretamente na

perda de parte do transformador social, qual o processo educacional reflexivo, e categoria profissional carregam, além de estimular a acentuação da reprodução automatizada das dimensões da vida humana, onde educa-se e qualifica-se tecnicamente para fazer apenas funcionar as engrenagens do capital.

Simultaneamente ao ocorrido nos espaços universitários, onde o ideal neoliberal transpassa as estruturas físicas e imateriais, no seio das instituições concedentes de estágio, os profissionais e supervisores de campo encontram-se em situação similar, e até mesmo em situações de risco ainda mais intensificadas, submetidos a relações de trabalho extremamente precarizadas, espaço físico de trabalho debilitado, entre outras condições, que indiretamente mitigam a materialização de ações político transformadoras e equilibradas entre as dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, que em certos pontos se contrapõem a estrutura capitalista e aos interesses institucionais.

O que se apresenta, portanto, nos campos de estágio enquanto potentes desafios e incongruências, como também parte do que se põe nas relações entre aluno e universidade, aluno e supervisores, advém também de um processo de ataque neoliberal que percorre os espaços de formação profissional e de trabalho em todos os seus níveis.

O resgate da dimensão ético-política na rotina do trabalho, e a materialização desses princípios em ações e respostas profissionais, em uma realidade de exploração do trabalho e caos social, é extremamente desafiador, mas sobretudo, vital para o vislumbre do fortalecimento profissional, onde através da reafirmação cotidiana no cumprimento dos princípios éticos norteadores da profissão, possa se estabelecer a práxis profissional, onde as ações e respostas profissionais possuem caráter político emancipador, estão conectadas com a realidade e não são ações meramente mecânicas e alienadas.

Semelhante, durante o processo de formação, e especificamente no momento do estágio curricular, é fundamental o resgate da dimensão crítico reflexiva, de forma que apesar do assobramento e variedades de tarefas próprias da universidade e campo de estágio, regularmente essas possam atingir a dimensão reflexiva.

Conforme cita Lewgoy (2013), o dia a dia no processo de formação acaba também por trazer riscos de suplantação do caráter crítico reflexivo, contribuindo para que os indivíduos se encontrem de forma ignorante perante ao realizado.

A cotidianidade do processo de formação apresenta uma multiplicidade de atividades que, ao se tornarem rotineiras e reprogramáveis, correm o risco de absorver e ofuscar o exercício de pensar sobre o realizado, de forma alienante e alienadora. (LEWGOY, 2013, p.72).

No processo de estágio, face ao cotidiano antagônico em relação aos direitos sociais, apresenta-se aos estudantes um cenário em que o tripé norteador da profissão, sendo estes as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, não se encontra em equilíbrio, ou em vias de equilibrar-se, e corriqueiramente o cotidiano, composto por assoberbamento e multiplicidade de tarefas, localiza o estagiário na condição de reprodutor de ações reprogramáveis, esvaziadas de reflexão.

Portanto nos cenários em que se desenvolvem as práticas do estágio, apresenta-se também enquanto necessidade e desafio o resgate rotineiro da reflexão crítica sugerida na dimensão ético-política, qual em certa medida acaba sendo suprimida, mediante a forma como se estabelece o compromisso entre o estudante e seu processo formativo, bem como a capacidade de análise crítica desenvolvida por este, mas sobretudo mediante a forma como se estabelece a relação institucional entre o estagiário e a instituição concedente. Onde essa relação, majoritariamente caracteriza-se por assoberbamento de tarefas, ausência de acompanhamento e orientação para suas ações por meio de supervisores de campo, e requerimento por parte das instituições concedentes por respostas urgentes as demandas postas, além da incompreensão por parte institucional do processo formativo onde localiza-se o estagiário.

Ou seja, tanto no cotidiano profissional, quanto processo de estágio, onde a variedade de atividades exercidas tornam-se habituais e acabam por incorrer na subtração do pensar sobre o que se executa, para apenas repetir e reprogramar ações, a fim de propor respostas rápidas, e otimizar a amplitude da cobertura dos atendimentos, atendendo a expectativa institucional, é preciso reconhecer a necessidade fundamental crítico reflexiva da categoria profissional, e caminhar em busca ao seu atendimento de forma criativa e eficiente.

Nesse sentido, o próprio processo de supervisão de estágio, estando esse alinhado a dimensão ético política, mediado por supervisores e estagiários conscientes da necessidade e finalidades preconizadas nesta dimensão, significa também uma estratégia de enfrentamento, uma vez que o momento da supervisão,

potencialmente possibilita a retomada da dimensão reflexiva dos alunos, através da proposição de diferentes atividades.

Portanto, além de estratégia de enfrentamento ao esvaziamento do caráter reflexivo, previsto também para a prática do estágio, o momento da supervisão de estágio é também a reafirmação do compromisso profissional com a transformação societária, por meio da garantia de uma formação profissional que dá conta de propor espaços de reflexão crítica, e, portanto, a formação de possíveis profissionais com potencial político transformador.

Para fazer frente a essa realidade, o aluno encontra, no processo de supervisão, o espaço para investigar, refletir, discutir, acompanhar, propor, intervir, integrar equipes de trabalho no campo de estágio e interagir com seus pares, garantindo seu vínculo com a transformação da realidade. (LEWGOY, 2013, p.79-80).

Destacamos que, apesar da complexidade e contradições presentes no processo de estágio, é possível identificar a intenção de enfrentamento perante a realidade capitalista e suas condicionantes, por parte da categoria profissional desde o projeto pedagógico, como também dos profissionais através de suas ações em seus micro espaços de trabalho e dos estudantes em processo de formação. Ainda que permeados por limites, condicionalidades e contradições.

A supervisão de estágio se localiza enquanto componente estratégico de enfrentamento as condições conjunturais impostas pelo capitalismo, sendo este um requisito obrigatório em todas as modalidades do estágio em Serviço Social.

Compreende-se, portanto, que defender o processo de supervisão de estágio, é defender também a intensão de enfrentamento diante dos retrocessos no processo formativo, e garantir ao aluno estagiário a possibilidade de uma formação ampliada com proposição de habilidades técnicas e político reflexiva comprometida com a transformação social no sentido de progredir no enfrentamento das desigualdades sociais.

De acordo com Lewgoy (2013) é também desafiador manter a supervisão de estágio conectada aos instrumentos normativos do Serviço Social, tais como o Código de Ética, a Lei 8.662/1993, Resoluções do CFESS, entre outros, em um contexto histórico neoliberal marcado pelo predomínio da precarização das relações de trabalho, que caracteriza-se por exploração, e crescente aumento do exército de mão de obra reserva de trabalho.

Visualiza-se que os desafios postos estão na articulação orgânica do trabalho da supervisão do estágio, ou seja, o de manter sua concepção nos instrumentos normativos no contexto da redução de direitos e da precarização e desregulamentação do trabalho. (LEWGOY, 2013, p.82).

Ou seja, conforme propõe o Serviço Social, considera-se a intensão de imergir na realidade, garantindo também o momento da supervisão de estágio. Porém, esta precisa ser pensada inserida em uma estrutura política, contrária a lógica de análise crítica, onde o próprio processo de supervisão se estabelece enquanto componente curricular, alocados em cursos e instituições diversas orientadas por interesses de maior proporção ou menor proporção de influência neoliberal. É claro, a materialidade a nível micro e macro onde se desenvolvem os processos educacionais, sendo também a supervisão de estágio parte desse processo, estabelece o desafio de articular uma proposta educacional contraposta em certos aspectos a lógica hegemônica.

A materialização, de um projeto pedagógico, que considera a reflexão política, crítica e a supervisão de estágio enquanto critério também indispensável no processo de formação irá requerer muitos esforços e estratégias criativas de todos os envolvidos no processo, sobretudo empenho em interpretar as circunstâncias em torno do desenvolvimento desse processo educacional. Ou seja, é indispensável, para a garantia de efetivação e construção de um projeto pedagógico paulatinamente contraposto a lógica hegemônica de esvaziamento reflexivo, de alienação, a investigação e reflexão em torno das estruturas que transpassam os processos educativos e suas relações com a sociedade.

Uma das respostas a esse desafio é, justamente, decifrar em que condições se estabelecem as relações entre os processos de formação e de supervisão, articulados e conectados a concepção de sociedade, educação e formação. Devem ser condições nas quais a formação não seja subordinada as leis do mercado, à sua adequabilidade e funcionalidade [...] (LEWGOY, 2013, p.82).

Os processos educacionais são desenvolvidos sob determinadas condições, e inevitavelmente refletem e são influenciados através das lógicas ideológicas e a realidade material do local onde se encontram. Sendo o estágio parte do processo educacional, também ocorre inserido em um dado momento histórico, qual estabelece relação de influência com todas as atividades humanas. Porém apesar da influência sócio histórica e material perante as dimensões da vida humana, a realidade não é definitiva, e contém nela própria ferramentas e potência de transformação através das ações humanas.

De fato, a realidade carrega contradições e implica limites as ações, porém ainda que minimamente é possível fazer frente a esta. E a supervisão de estágio contém também esse caráter de enfrentamento, de forma que estabelece neste a necessidade de sintetizar, de articular e refletir em torno do que é experienciado no momento de aproximação do aluno com a prática profissional.

O momento do estágio, aproxima o estudante da realidade do trabalho própria a sua categoria de formação no espaço institucional em que se encontra, como também da realidade do mundo do trabalho, onde se expressam as várias faces da questão social, ou seja, este é um terreno fértil para observações, inquietações e questionamentos.

Os fenômenos, e tudo que é vivenciado nesse processo de aproximação com a realidade além do espaço universitário, construiu-se historicamente, e permanece em construção.

Tal apropriação oportuniza aos alunos contato com as situações reais de trabalho nos seus campos de estágio, entendidos como sínteses de múltiplas determinações, de muitas relações sociais, históricas, econômicas (de produção), políticas, culturais e ideológicas. (LEWGOY, 2013, p.85).

Portanto, reiteramos que o momento do estágio, apesar de suas contradições, inevitavelmente aproxima os alunos de realidades complexas e contraditórias, possibilitando a articulação entre a dimensão teórica, possibilitadora de leitura do campo em que este estudante se insere bem como o que nele se expressa, e a dimensão concretas. Através desse movimento, é possível suscitar questionamentos, reflexões e elucidações que essencialmente não partem de idealizações, e que podem retornar ao concreto em forma de intervenção profissional.

Evidente que apenas a inserção no campo de estágio e a supervisão acadêmica, não dão conta de garantir a qualidade do processo formativo, é preciso sobretudo garantir também um processo qualificado de apreensão teórico metodológica, qual dê conta de propor aos estudantes ferramentas metodológicas e fundamentação teórica capaz de iluminar o caminhar pela realidade material, e a compreensão da inseparabilidade entre teoria e a prática.

1.3 PROCESSO DE APRENDIZADO E UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Para compreender a unidade entre a teoria e a prática no processo de estágio é primário a assimilação sobre como se dá o processo de construção do conhecimento, e como portanto são indissociáveis as dimensões teoria e prática.

De acordo com Santos (2011), o conhecimento parte da ação de investigar objetos presentes na esfera material, quais são fruto do exercício do pensar materializado. Em todo esse processo, tanto a atividade pensante se estrutura a partir da materialidade, assim como a materialidade irá compor-se a partir da atividade pensante dos indivíduos em seus diferentes contextos históricos e subjetividades.

O conhecimento é concebido em relação a essa atividade, como conhecimento de objetos produzidos por uma atividade pratica da qual a atividade pensante, da consciência, não pode ser separada. As várias formas de conhecimento encontram seu alcance e sentido na conexão com a atividade pratica, entendida aqui como a existência material, social e espiritual do homem- as relações efetivas entre os homens, suas condições de vida, enfim, a vida real. Nesse sentido, a pratica e o espaço onde se origina, realiza-se e se confronta o conhecimento, visto ser o local onde a realidade se põe. (SANTOS, 2011, p 31).

O conhecimento é, portanto, o espaço do encontro entre a materialidade e o concreto pensado, e o mesmo irá obter seu alcance máximo quando colocado na ação prática com a realidade, visto que dela se originou, para ela retorna e se confronta os saberes.

O conhecimento efetivamente nasce na relação entre o pensar e vivenciar sobre a esfera material, onde ambos necessariamente se nutrem. Para que possamos compreender o âmbito material é necessário realizar a ação de pensar, e de todo modo parte do movimento de reflexão surge considerando o local onde o indivíduo posiciona-se socialmente, do contexto histórico em que se insere e suas subjetividades.

Portanto, como ferramenta auxiliadora no processo de reflexão e apreensão em torno da materialidade, é necessário também a apreensão de teorias que permitam enxergar com clareza e amplitude os componentes presentes nos alicerces e conjuntura social, como estes componentes se conectam com o todo, e que para além da percepção da sociedade, permita também compreender como esses elementos se transformam em questões próprias do Serviço Social, demandando competência técnica profissional e desenvolvendo um conjunto de costumes da categoria profissional.

Todavia a leitura do real com essa amplitude supõe teorias macroscópicas sobre a sociedade, que possibilitem a apreensão tanto dos elementos estruturais quanto dos conjunturais, das peculiaridades de seus nexos com a totalidade, das relações entre os vários elementos que compõem a realidade em que estamos inseridos e na qual pretendemos atuar profissionalmente. Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional do Serviço Social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e imediatista as demandas que lhes são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais de tais demandas e intervenções que lhes possam atribuir outros. (SANTOS, 2011, p 1)

Nesse processo, citado pela autora, as teorias acerca da realidade social aparecem no Serviço Social como ferramentas para melhor visualização e interpretação da realidade social, e através desse processo observatório clarificado, possa também estabelecer respostas as demandas apresentadas. Ou seja, é necessário se abastecer do elemento teórico de forma que este se qualifique enquanto um veículo promotor de habilidades interpretativas e respostas oportunas e pertinentes, que colabore no rompimento de ciclos mecanicistas de respostas imediatas, fundamentando e orientando ações e reafirmando o caráter reflexivo do assistente social.

No momento do estágio é oportunizado aos estudantes, em diferentes campos de estágio, contextos institucionais e históricos a possibilidade de vivenciar realidades por vezes experimentadas pelos alunos estagiários apenas no âmbito teórico. Nestes espaços torna-se possível e vital, o estímulo e diálogo entre o concreto pensado e o concreto, de forma que é possível inclusive, verificar os critérios de verdade presentes na dimensão teórica, quanto na prática através da leitura teórica.

O critério de verdade está na prática, mas só se o descobre numa relação propriamente teórica com a prática mesma. Tal afirmativa contesta tanto a concepção idealista- para quem a teoria carrega em si mesmo critério de sua verdade- quanto empiricista- para quem a prática proporciona de forma direta e imediata o critério de verdade da teoria. (SANTOS, 2011, p 31).

O movimento de convergência entre a teoria (concreto pensado) e a dimensão material, proporciona tanto a ação e interferência no concreto, quanto oferece os alicerces para construções teóricas. Sendo assim, a materialidade isoladamente, não carrega consigo os preceitos de verdade, nem as teorias. Ou seja, o que se põe no concreto é a realidade, mas para compreendê-lo é preciso estabelecer uma relação teórica e pensante com o mesmo.

Portanto na dimensão concreta, onde ações fundamentadas teoricamente serão executadas através da prática profissional, existe também coerências no que se verifica, e será esta dimensão fornecedora de novas possibilidades de pensar, e ambiente onde a ideia se confronta.

No caso do estágio em Serviço Social, os estudantes encontram na materialidade, ainda que minimamente, a oportunidade de executar ações alinhadas a carga teórica apreendida durante o processo de graduação, de confrontar esses elementos, e vislumbrar um horizonte de possibilidades criativas tanto no sentido de intervenção na esfera material quanto na construção de pensamentos.

Nesse processo considera-se enquanto referências para os alunos, tanto a carga teórica de instrução subjetiva de cada um inserido no processo, quanto o espaço material em que cada indivíduo irá desenvolver suas experiências. É necessário a priori a teoria para revelar a verdade existente no concreto, como igualmente é necessário o concreto para confrontar e construir novas possibilidades de pensamento. Esse processo evidentemente é cíclico e inesgotável, e somente a partir dele é possível construir conhecimento genuíno sobre os objetos.

Porém, qualquer teoria por si só não alcança transformação no concreto ou se traduzem em ações. A teoria a priori será a luz ao caminhar no concreto, porém este também irá imprimir suas condicionalidades nesse processo de reflexão e intervenção no objeto. Isto não significa dizer que a teoria orientadora das ações profissionais não possui validade, mas que dentro de uma articulação teórica e prática ambos imprimirão possibilidades e limites, de forma que a realidade irá estabelecer inclusive até onde o conhecimento irá se desenvolver, sendo portando, o conhecimento indissociável da realidade.

A prática determina até onde pode se desenvolver o conhecimento, visto estar ele associado as necessidades materiais, produtivas, práticas do homem social. É a prática que oferece as formações econômico-sociais que, por sua vez estão diretamente ligadas ao tipo de produção e técnica necessárias a essas formações (SANTOS 2011, p 31).

A produção do conhecimento se caracteriza e baseando-se nas necessidades oriundas da esfera material. Esta irá, portanto, apresentar questões, e através do diálogo entre essas necessidades materiais e o pensar, se desenvolverão conhecimentos, ferramentas, materiais, linguagem e técnicas para intervenção e interlocução com a realidade.

No sentido da categoria profissional, o próprio Serviço Social, enquanto uma área dos diversos conhecimentos técnicos, surge a partir da necessidade de dar respostas a questões apresentadas na realidade material, qual se denominou como expressões da questão social.

O estágio aparece nesse processo como parte fundamental da qualificação dos estudantes, justamente porque oferece a oportunidade de construção ampliada do conhecimento, onde é possível dialogar entre a apreensão teórica, a reflexão crítica e o concreto, traduzindo-se tanto em qualificação profissional, como possibilidade de novos conhecimentos.

É importante também considerar que nesse processo é indispensável apropriar-se do conceito de prática, que não venha colocar a experiência imediata como critério absoluto de verdade, para que esta não se qualifique enquanto uma prática negligente, irreflexiva, baseada em conhecimentos sem aprofundamento.

Pensar na experiência imediata como critério exclusivo de verdade é análogo a execução de uma prática profissional mecanicista, esvaziada de sentido e finalidades. Obviamente espera-se e até superestima-se a teoria, como se a razão teórica pudesse imediatamente se materializar e se sobrepor ao ordenamento concreto e, sobretudo no Serviço Social, transformar-se em produtos da intervenção profissional observáveis e palpáveis no âmbito material e imediato.

Entendido que no concreto não se verifica um processo imperativo teórico, percebe-se, portanto, que a conexão entre as duas dimensões é o diálogo. Sendo este diálogo a ferramenta possibilitadora de transformações a nível micro e macro. A ação profissional irrefletida, sem direcionamento teórico, crítico e reflexivo, torna-se escassa de suas potencialidades de transformação.

Tanto o concreto, quanto a dimensão teórica, são espaços fornecedores de conhecimentos, e no caso teórico, será esse também um espaço onde resultados para determinadas ações serão idealizados. Esse irá desacorrentar possibilidades de ação, e resultados para ações futuras.

O âmbito da teoria, por sua vez, no materialismo histórico-dialético, é o âmbito da produção de conhecimento, da antecipação ideal, da possibilidade, o futuro. É um desencadeador de finalidades ou de resultados ideais para a ação. (SANTOS 2011, p 32).

Nesse sentido, antecipar-se perante as possibilidades não significa determinar fins, mas sobretudo articular meios de alcançar os propósitos desejados a partir das

orientações teóricas oriundas da realidade a qual pretende-se intervir. A partir do conhecimento e das previsões teóricas por exemplo, é possível traçar ações de trabalho em diferentes contextos sociais, propostas pedagógicas, planos de estágio entre outros, de forma que estes progressivamente alcancem finalidades desejadas.

No caso do exercício profissional quando executado de maneira ínfima em fundamentação teórica, irreflexiva e mecanizada, propõe um terreno obscurecido e sem qualificação evolutiva das ações. Portanto é indispensável a nível de propor respostas criativas e devido as novas e constantes proposições que surgem no concreto, a apropriação teórica como uma das ferramentas de orientação do trabalho.

Partindo desse raciocínio, podemos analogamente vislumbrar quanto o cotidiano profissional pode mostrar-se obscurecido pelos atos repetitivos, objeto de pouca reflexão, caso profissionais situem equivocadamente seu trabalho e o campo teórico e não apreendam que, em decorrência dos desafios que a realidade lhes impõe diariamente, é inerente ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado – e seu constante aprimoramento - que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva. (SANTOS, 2011, p 7-8).

Nesse sentido, a dimensão teórica será a ferramenta indispensável e norteadora do caminhar na realidade concreta, ela possibilitará aos estudantes em processo de estágio, apreensão da esfera material, fundamentação para ações de intervenção no concreto, leitura e análises que suplantem as concepções do senso comum que impedem o desenvolvimento de ações e medidas de intervenção efetiva. Ou seja, o conhecimento acumulado na dimensão teórica, é antes de tudo o conhecimento sobre elementos que existem na dimensão material, ele parte da realidade, portanto, para traçar ações de trabalho é imprescindível conhecer sobre onde pretende-se intervir.

Isto é, o conhecimento é a posteriori a existência se realiza sobre aquilo que já existe ou a partir daquilo que já existe, ou melhor, a realidade é anterior ao conhecimento. Assim, criar finalidades para a prática requer, de certa forma determinados conhecimentos da realidade sobre a qual se pretende intervir. (SANTOS, 2011, p 32).

Portanto, o conhecimento teórico, orientador no processo de estágio, é anterior a experiência concreta dos estudantes, e se constrói a partir da interlocução entre teorias e experiências concretas pensadas. Ou seja, a construção do conhecimento teórico, essencialmente se estabelece a partir de algo presente e relacionado com o concreto. Portanto só é possível, formar conhecimento sobre elementos concretos e sobre realidades concretas. E essa própria materialidade que possibilita a constituição

de pensamentos ao mesmo tempo produz ferramentas possibilitadoras de sua transformação.

Certamente, no que diz respeito ao processo de formação assim como a apreensão e materialização da dimensão ético-política, é imprescindível desde o início do processo formativo até o exercício profissional, assimilar e absorver a indissociabilidade entre a prática profissional e o plano teórico-metodológico, ainda que hajam diferenças entre estes.

Com isso, ele reforça haver uma diferença entre o plano prático-político e o teórico, apesar da relação de unidade entre ambos. Disso posso inferir que a competência teórica é indispensável para a formação profissional, mas ela sozinha não habita para intervenção. Sem essa formação teórica adequada, uma intervenção com qualidade fica prejudicada, visto ser a teoria que vai oferecer o significado social da ação, suas implicações e rebatimentos nas ações do outro, ultrapassando, dessa forma, o conhecimento do senso comum, rompendo, inclusive com a visão de neutralidade dos instrumentos e técnicas (SANTOS, 2011, p 34).

A captação teórica é imprescindível no processo de qualificação profissional de forma que, a mesma qualifica as futuras intervenções ultrapassando os limites do conhecimento construídos de forma simples no cotidiano social.

O acúmulo teórico, será indispensável aos estudantes para imersão nos seus espaços de estágio, no seu processo de formação profissional como todo e de prática profissional. Porém, apenas o domínio teórico, propositor de antecipação e ações mais assertivas, não são suficientes para garantir o completo alinhamento entre as proposições do âmbito teórico, e o que coloca-se na materialidade. Visto que, o espaço teórico é o lugar da antecipação controlada, e durante a prática profissional no concreto é o local onde manifestam-se surpresas por vezes não previstas.

Ele pode controlar as variáveis- enquanto na intervenção profissional não se podem abstrair todos os elementos intervenientes do agir- intervenientes institucionais, acidentais, estruturais etc. Há na intervenção, um elemento difícil de se controlar: a “surpresa, o aleatório”, o que também evidencia que as mediações existentes no campo da teoria não são as mesmas no campo da prática. Assim, os princípios teóricos tem vigência na intervenção, orientam a intervenção, mas não a esgotam (SANTOS, 2011, p 35)

No espaço da prática é preciso dialogar de maneira imediata com as surpresas não previstas pela teoria, deixando evidente que apesar da teoria oferecer subsídios a prática ela não dá conta de consumir, de dar resolutividade a todas questões advindas durante a intervenção.

Portanto, a dimensão teórica não se esgota na sua mera aplicação prática, uma vez que parte do concreto e este é inconstante. Nesse sentido é necessário resgatar,

e colocar-se na posição de salvaguarda de uma formação profissional e de experiências de estágio, que possibilite aos estudantes a construção de um processo de conhecimento onde a teoria apreendida, anterior ao processo de imersão nos campos de estágio, dialogue com a experiência prática, entendendo que essas dimensões teoria e prática são indissociáveis e que somente através desta relação é possível orientar ações de forma cabal e também oferecer respostas melhor conectadas com a realidade social.

1.4 CONJUNTURA NEOLIBERAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ESVAZIAMENTO DO CARÁTER PEDAGÓGICO DO ESTÁGIO

O autor Jaime Hillesheim (2015) trata a questão do estágio de forma ampla, apontando a difícil relação entre o que devia ser o processo de aprendizado nos estágios e os princípios contidos na Lei Federal de Estágio (Lei 11.788/2008), que acabam por subsidiar o prejuízo do caráter pedagógico do estágio profissional.

Segundo Hillesheim (2015), a modalidade estágio tem sido incorporada por muitos estudantes como alternativa de financiamento da reprodução da vida material, de forma que nesse processo o caráter pedagógico do estágio é minorado, dando amplitude as características de fonte de renda e abastecimento do mercado de trabalho de forma precarizada.

Nesse sentido, considera-se que o Serviço Social deve incluir também em suas discussões acerca do estágio profissional essas problemáticas supracitadas eclodidas a partir da absorção do estágio profissional como possibilidade de subsistência.

Esses aspectos que relacionam o estágio a lógica mercadológica, por vezes não são devidamente analisados pela categoria, de forma que possam contribuir, preparar para o funcionamento da Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

O Serviço Social ininterruptamente vem tentando construir estratégias para que o estágio supervisionado seja efetivamente um componente curricular que contribua, no processo de formação, para o desenvolvimento das competências e habilidades preconizadas nas atuais diretrizes para os cursos da área. Aspectos mais gerais que relacionam o estágio às necessidades impostas pelo mercado de trabalho, contudo, muitas vezes não são devidamente tratados de modo a subsidiar a operacionalização da política nacional de estágio, inclusive na área do Serviço Social (HILLESHEIM, 2015, p 01).

Apesar das tentativas do Serviço social na construção de um projeto pedagógico contrário a perspectiva educacional proposta na conjuntura neoliberal, onde a

educação se direciona exclusivamente para abastecimento do mercado de trabalho, entendo que quando não analisado a relação que o estágio em Serviço Social desenvolve no seu sentido pedagógico e também com o mercado de trabalho, as possibilidades de construir um projeto pedagógico contra hegemônico são mitigadas. Evidentemente, é fundamental construir reflexões em torno dos processos de supervisão, dos eixos ético-políticos, técnico-operativo e teórico-metodológico, entre outros, mas sobretudo analisar como todo processo de formação e prática profissional tem se construído e as características que estas relações tem desenvolvido nas conjunturas neoliberais. E aqui então torna-se também evidente que a categoria estágio profissional tem sido absorvida como forma de trabalho dissociada de direitos trabalhistas.

A Política Nacional de Estágio, ainda que não dispunha da mesma força legislativa, conforme a Lei 11788, é também um dos documentos utilizados como referência na orientação do processo de estágio em Serviço Social, e este deve tomar como base de construção o que se apresenta na materialidade enquanto demanda, portanto, deve também incluir impreterivelmente questões pertinentes quais relacionam o estágio profissional e contextos políticos. No caso, além da reflexão e articulação para enfrentamento em torno da precarização do processo de estágio e do próprio processo de formação profissional como todo, construir o diálogo lúcido em torno das reais possibilidades existentes em conjunturas econômicas e políticas que tem enquanto elemento central e fundamental para suas existências a capitalização e exploração de todas as dimensões da vida humana. Portanto, tensionamentos podem por vezes, atenuar ou acentuar processos exploratórios, porém, não erradicá-los.

Hillesheim (2015) coloca em questão que na conjuntura neoliberal, aspectos estão evidentemente conectando a atividade do estágio ao atendimento da demanda do mercado do mercado de trabalho, e estes podem ser observados nas resoluções legislativas (LEI 11.788/2008), quanto no cotidiano através da ampliação do exército de estagiários, acréscimo ao tempo do estágio, entre outros que cada vez aproxima o estagiário a figura do trabalhador.

Apesar desta normativa definir o estágio como um “ato educativo escolar supervisionado” e que, por isso, deve fazer “parte do projeto pedagógico do curso” de maneira a permitir o “aprendizado de competências próprias da atividade profissional”, contraditoriamente, a mesma norma indica que o estágio deve preparar o estudante “para o trabalho produtivo” (BRASIL, 2008). Neste sentido, a lei mesma objetiva explicitamente o ingresso do estudante no mercado de trabalho (HILLESHEIM, 2015, p 02).

E apesar da Lei Federal 11.788/2008 regulamentar o processo de estágio, está também apresenta características controversas a qualificação do processo ensino aprendizagem, fundamental no estágio curricular.

Ao mesmo tempo em que a legislação objetiva a regulação do estágio curricular, aparentemente garantindo direitos aos estudantes, a mesma propõe a atividade do estágio fundamentada na construção de habilidades profissionais a fim de inserção no mercado de trabalho. Para o capital, isso significa centralizar em produzir e atender aos interesses da empresa, em detrimento do caráter reflexivo e pedagógico indissociável do contínuo processo de aprendizagem.

A descentralização do caráter pedagógico do estágio, para a sobrevalorização do aspecto produtivista, responsivo as demandas empresariais, é sobretudo reflexo da lógica capitalista, que tem transpassado diversas esferas das relações sociais.

Evidentemente, o objetivo dos cursos de formação e a expectativa dos estudantes em parte é exatamente o ingresso no mercado de trabalho, devido a motivações diversas, desde a necessidade de sobrevivência, a realização pessoal, e esse caminho percorre através do desenvolvimento de competências referentes à determinada área do conhecimento.

Se pensado através da lógica neoliberal, o estágio seria, no entanto, mais um momento dentro do curso onde as/os estudantes estariam desenvolvendo habilidades e competências exclusivamente para suprimento do mercado de trabalho. Porém cabe além da construção de habilidade técnico-operativas, a dimensão reflexiva propiciadora inclusive de novas realidades.

Considerar apenas enquanto elemento necessário de apreensão durante o processo de estágio o caráter técnico-operativo da profissão, evidencia a tendência ao desenvolvimento de ações mecanicistas, escassas de reflexão e evidentemente com potencial transformador social ainda mais limitado.

Entendemos que, seria um processo de formação próximo do ideal, aquele que possibilitasse ao aluno a experiência equilibrada entre as três dimensões da profissão, técnico operativo, teórico metodológico e ético político, nas várias etapas do processo de formação, incluindo o estágio profissional.

Porém, a própria Lei do Estágio (11.788/2008) referência prioritária para orientação dos processos de estágio, ao mesmo tempo em que garante alguns direitos aos estagiários, contribui para o desequilíbrio do processo formativo a partir do momento em que considera, o estágio como preparador para o mercado de trabalho.

Neste sentido, a “lei do estágio” garantiu direitos que, em face das condições de vida da grande maioria dos estudantes brasileiros, parecem ser justo motivo de comemoração e de prestígio. Contudo, esta aparência progressista, no nosso entendimento, esconde um conjunto de estratégias que visa dispor, para o mercado de trabalho, mão de obra barata em detrimento da função pedagógica do estágio. Desta feita, a regulamentação de estágio aparece como uma exceção instituída à relação empregatícia (HILLESHEIM, 2015, p 02).

Conforme Hillesheim (2015) aponta, existe um caráter ambíguo na lei do estágio, onde ao mesmo tempo em que esta regulamenta a relação de estágio, e garante alguns direitos aos estudantes estagiários, também surge como um desvio da relação de trabalho, possibilitando o abastecimento do mercado de trabalho de forma precarizada através de uma ferramenta como o estágio que também desempenha a função pedagógica, mas nessa relação acaba o perdendo.

Percebe-se que o estágio se qualifica de forma indispensável no processo de formação, justamente quando consegue manter o caráter pedagógico. Quando é possibilitado através deste, reflexão, construção da identidade profissional do estudante, sobretudo onde as intervenções realizadas por estes podem ser construídas através da reflexão e orientação para determinado objetivo, não se limitando apenas ao fazer imediato, as respostas rápidas e desconexas, ou apenas onde a atividade é motivada por subsistência, em detrimento da função pedagógica.

Apesar do estabelecimentos de critérios para execução da atividade de estágio, estes por si só não garantem a proteção do caráter pedagógico da atividade, e acabam regulamentando uma atividade com finalidade pedagógica, mas executada como possibilidade de obtenção de recursos financeiros por parte dos estudantes, e mão de obra com determinado nível de qualificação, (porém ainda em processo de formação), de maneira precária. Reiteramos que de maneira alguma a remuneração adquirida através da atividade de estágio curricular deve ser objetivada como forma de substituir a política de Assistência Estudantil.

Na sociedade capitalista, os processos de ensino-aprendizagem, assim como, todo contexto social para além das relações de trabalho, são influenciados diretamente pela lógica do capital, e tendem a introjetar e reproduzir desmedidamente seus fundamentos. No processo de estágio não obrigatório por exemplo, as contraprestações envolvendo remuneração (bolsa), acabam sendo ressignificadas, e assumem a função de salário, exigindo do estagiário retornos similares ao trabalhador assalariado.

A questão de haver uma remuneração pode levar a uma compreensão equivocada, contudo capitalista, de obrigações de prestação de serviços e produtividade do/a estudante, o que também será mais um meio de precarização ao processo de aprendizado, pois o estagiário não fica subordinado apenas ao supervisor de campo, mas à própria instituição, pois precisa responder as necessidades institucionais como contrapartida (SOUZA, 2017, p 16).

A remuneração do estagiário é cotidianamente interpretada pela instituição de uma forma equivocada, requerendo ao estudante o atendimento, de forma mais contundente e até isolada, as demandas da empresa como empregado como forma de contrapartida pela bolsa recebida.

Nesse sentido o estagiário, conforme aponta Souza (2017), coloca-se subordinado não apenas ao seu supervisor, mas também a empresa contratante qual oferta a bolsa, e de acordo com a característica própria ao capital, tem autonomia para exigência de ações de retorno, perante a prestação financeira ofertada pela instituição.

Durante o processo de formação superior, mediante as escassas possibilidades de renda para subsistência e permanência na universidade, muitos estudantes encontram no estágio não obrigatório a oportunidade de contemplar suas necessidades materiais. Mediante a esta realidade os próprios alunos tendem a dificuldade de reconhecer e entrar em defesa do momento do estágio enquanto continuidade do processo de formação, estendido além do espaço acadêmico. Frequentemente, estes irão também negligenciar as ações de cunho pedagógico, como por exemplo registros, reflexões e relatórios de cunho privado ao estudante dedicando seus esforços ao cumprimento de exigências institucionais.

Paradoxalmente, o estágio não obrigatório será regulamentado através da lei federal 11.788, qual em proposição deveria assegurar condições adequadas e favoráveis ao processo dialógico entre teoria e prática profissional durante a prática do estágio, porém ratifica processos exploratórios, sobrevaloriza a função responsiva a demandas, em detrimento da dimensão pedagógica.

Assim, percebemos que o estágio, ao ser regulado por uma lei que traz interesses adversos à construção do conhecimento, não facilita o trabalho das instituições de ensino que tem projetos de respeito à educação, de modo que proporcione aos estagiários a qualificação de sua formação na busca de melhores condições de trabalho, e não apenas reproduzir para o capitalismo conforme insinua a Lei Federal (SOUZA, 2017, p 18).

A própria lei federal contém prerrogativas desfavoráveis ao processo valorização da educação, por meio das unidades de ensino, quais através de projetos educacionais e articulações, empenham-se em fazer frente a desqualificação da educação.

Entendemos que, é imprescindível o momento do estágio na vida acadêmica das/os estudantes, porém, no contexto em que se inserem, submetidos a lógica do capital, torna-se um desafio constante manter o caráter pedagógico do estágio, sendo ele obrigatório ou não obrigatório.

Aspira-se que a legislação de regulamentação do estágio (11.788) pudesse propor condições seguras e coerentes ao processo de formação, que a mesma operasse no sentido de garantir as estudantes as condições para que esse estágio seja executado respeitando a condição de aprendizado, e não subalternizando seu caráter pedagógico em detrimento dos interesses dos contratantes. Porém, a própria legislação federal, abre brechas para o sucateamento dos processos de formação, ofertando a categoria profissional novos desafios quais caminham no sentido de entender a realidade capitalista e todos seus artifícios de angariar lucro, e como enfrentá-lo defendendo e respeitando o elemento educacional.

Entretanto, mesmo diante de todos os esforços normativos, teóricos e organizativos da profissão, obviamente não seria possível manter isoladas as questões da precarização do nosso universo de estágio, principalmente considerando que este momento ímpar da formação profissional precisa ocorrer dentro do mercado de trabalho nas condições em que ele se encontra na atualidade. Deste modo, as problematizações que seguem dizem respeito aos impactos e as dificuldades sofridas por profissionais, e notadamente estudantes, neste processo sobre o qual se dedica neste trabalho (SOUZA, 2017, p 25).

A autora aponta para o processo de conexão entre o estágio e a realidade, de forma que é impossível manter longe da profissão e da experiência de estágio a precarização do trabalho e do ensino a realidade concreta sob a qual estão submetidas as relações sociais no capitalismo.

Desse modo, temos claro que não há como eliminar o caráter de exploração da mão de obra, sendo essa uma característica do capital, à qual todo e qualquer indivíduo que precisa vender sua força de trabalho está submetido. Evidentemente o capital irá utilizar de todos os artifícios para transformar qualquer modalidade de inserção no mercado de trabalho, de relação entre contratante e contratado, e até mesmo o próprio processo de educação em possibilidade de geração de lucro.

Assim, percebe-se que considerando outros fatores, essa exploração do estagiário pode dar-se de maneira mais atenuada ou mais intensificada. Nos estágios onde existe a presença mais incisiva de fiscalização e acompanhamento pelas instituições responsáveis, coloca-se obstáculos a livre exploração das/os estagiárias/os pelas partes contratantes. De fato, a proposta legislativa para o estágio não obrigatório caminha longe do ideal para a atividade, e é débil no que diz respeito ao processo de aprendizagem.

Traçando um paralelo é possível verificar inclusive uma distinção entre os fatores motivadores a procura do estágio não obrigatório, e do estágio obrigatório, bem como a diferenciação no tratamento atribuído as duas modalidades por parte das unidades de ensino e instituições concedentes.

O ideal é que tanto o estágio obrigatório como o estágio não obrigatório sejam levados em consideração e tenham a mesma atenção por parte das empresas que contratam, como dos supervisores e também dos estagiários. Mas o que se verifica é a constante diferença que o tipo de estágio representa na vida do estudante em virtude das necessidades financeiras postas para esse novo perfil de estudantes inseridos no ensino superior, tanto público como privado (SOUZA, 2017, p 28).

Essa diferença entre o fator motivador da busca por estágio não obrigatório, e o estágio obrigatório indica a complexidade do processo de formação, qual é permeado por obstáculos de acesso e sobretudo pela dificuldade de permanência na graduação sem o abastecimento financeiro.

As exposições, evidenciam as escassas possibilidades de permanência nas universidades e sobrevivência para os alunos, sendo que é favorável ao processo de formação profissional também a oferta de formas outras de subsistência e qualificação profissional, como bolsas de pesquisa, monitorias, entre outros, enquanto que ao estágio "...Deve ser compreendido pela esfera ensino-aprendizagem como uma extensão da sala de aula, onde diversos saberes teóricos são debatidos e compartilhados" (SOUZA, 2017, p 37), e jamais como uma modalidade empregatícia de profissionais em processo de graduação.

O estágio deve ser compreendido e construído enquanto um espaço educacional, que neste possa haver o diálogo e a partilha de conhecimentos, com o que corroboramos pois o estágio é esse momento imprescindível, independente da modalidade do mesmo, onde são compartilhados saberes multidisciplinares, e que deve ser preservado em qualquer circunstância esse caráter de amadurecimento

profissional e aprendizado, bem como de motor gerador de reflexões e de proposições de transmutação social a fim que se distancie de qualquer perspectiva dogmática.

É urgente diferenciar por parte da categoria profissional, a necessidade de sobrevivência, ou seja, de renda, das necessidades existentes no processo de aprendizado e formação profissional. O estágio garantindo seu caráter pedagógico, contribui no processo de formação, o mesmo enquanto fonte de renda assumindo a fisionomia de relação empregatícia, porém sem os direitos desta, e com agravo a sua função pedagógica, não contribui substancialmente no processo de formação além de influenciar negativamente no mercado de trabalho. Evidentemente os estudantes necessitam de fontes de renda, e possibilidade de permanência nas universidades e paralelamente profissionais necessitam de oportunidades de emprego. E nesta relação supracitada, a função pedagógica de uma das ferramentas do processo de aprendizado tem sido frequentemente suprimida em razão da necessidade de renda dos estudantes, que assumem lugares e funções nos espaços de trabalho onde legitimamente deveriam estar profissionais graduados.

Identificamos portanto algumas problemáticas, a primeira delas é que os estudantes necessitam de renda, e devido à escassez de possibilidades, estão utilizando o estágio para tal, a segunda problemática é que diante do caos social é conveniente as unidades empregadoras o abastecimento do seu quadro de funcionários com estagiários sem que estes configurem legalmente vínculo empregatício, e por fim, essa teia acaba por contribuir no processo de exploração de estudantes e profissionais.

Nesse sentido, é preciso retomar o raciocínio para como os espaços de reflexão e construção de normativas e orientação no Serviço Social incluindo a PNE, tem tratado a questão do estágio enquanto componente pedagógico, enquanto forma de aquisição de renda e os impactos dessas interconexões na categoria profissional como todo. Uma vez que a defesa de determinadas prerrogativas pode contribuir no processo de intensificação da exploração em vários níveis dentro da categoria profissional (estudantes e profissionais).

Analisando atentamente a Lei Federal de regulamentação do estágio, torna-se inclusive evidente a colocação de Hillesheim (2015) em relação a embaraço, que essas normativas podem acarretar. Ao mesmo tempo em que a lei regulamenta as condições nas quais o estágio deve ser executado, ela abre espaço para que o mesmo seja descaracterizado de parte de sua função pedagógica, estabelecendo certa

similaridade entre o estagiário e o profissional através da forma subjetiva como esses critérios podem ser estabelecidos entre a instituição concedente e os estagiários.

A lei federal 11.788 incorre no despautério de considerar inclusive a possibilidade de carga horaria exercida por estagiários possuírem valor similar ao assistente social, onde o estagiário pode desempenhar suas funções no mínimo de 20 horas semanais e máximo 30 horas semanais, ou seja, a depender da relação estabelecida entre a instituição concedente e o estagiário o mesmo poderá desempenhar suas funções amparadas legalmente, com a mesma carga horaria máxima de um profissional (30 horas semanais) e receber apenas uma bolsa ou outra forma de contra prestação determinada pela instituição concedente, além da possibilidade de contratação de estagiários com relação ao quantitativo de funcionários da empresa, estabelecendo que é aceitável um profissional supervisionar até dez estagiários. Vale ressaltar que aqui considera-se o cumprimento dos quesitos legislativos por parte dos envolvidos no processo de estágio não obrigatório, pois desmedidamente estes a priori incoerentes, ainda são burlados e não cumpridos, tendendo a cenários de maior exploração do estudante estagiário.

A burla à legislação trabalhista é cotidianamente reiterada sob o auspício dos contratos de estágio. Na realidade do ensino superior, não só na área do Serviço Social, mas em todos os cursos, a violação de direitos se materializa de várias formas: na falta do supervisor acadêmico ou na falta de condições para que esta seja realizada, no número excessivo de estudantes sob a responsabilidade de um mesmo docente, na transformação da supervisão de campo num sobre trabalho do profissional que a assume repercutindo sobre a qualidade do estágio, na ausência dos convênios e termos de estágio com a anuência de órgãos de fiscalização, na falta de nexo entre as atividades de estágio e a área de formação, na não realização de avaliações periódicas, etc. (HILLESHEIM, 2015, p 03).

O autor aponta para o fato da legislação trabalhista estar sendo repetidas vezes ludibriada por instituições, através do preenchimento do quadro de funcionários sob a utilização de contratos de estágio.

Estes por sua vez são regulamentados por leis, quais analogamente as leis trabalhistas são burladas, ocasionando a atividade de estágio sem atendimento as mínimas condições previstas na legislação regulamentadora da pratica e cada vez mais próximo a figura do trabalhador não assalariado, ou seja, o trabalhador bolsista.

O descumprimento dos critérios mínimos para ocorrência da atividade do estágio, se verifica vários aspectos, que envolvem desde a universidade, os profissionais, órgãos de fiscalização e instituições contratantes.

Em suma além da legislação regulamentadora do estágio (Lei Federal 11.788), apresentar uma proposta paralela a CLT para inserção de mão de obra nas instituições, sendo esta proposta volúvel aos interesses do mercado, qual fantasia relações marcadas por muitos traços de exploração, sob a justificativa de comprometimento com a qualificação profissional, processo de formação e aprendizado. Além de contribuir para legitimar a exploração profissional, estudantil por parte das instituições concedentes quais beneficiam-se da necessidade urgente de subsistência através da renda por parte dos profissionais e estudantes. E além das possibilidades prescritas nas relações de estágio não obrigatório oportunas ao processo de acumulação, ressalto que as possibilidades de burlas a as prescrições contidas na modesta lei do estágio em relação a benefícios para os estagiários, são ainda mais recorrentes e propicias.

Conforme for estabelecida a relação de estágio é possível inclusive existir situações de estudantes estagiários que aproximam-se da fisionomia de um trabalhador assalariado, uma vez que desempenham funções equivalentes, com carga horaria semanal equivalente ao profissional, sem supervisão acadêmica e de campo, porém sem gozo dos modestos proventos característicos das relações trabalhistas, como por exemplo, direito a férias remuneradas, auxílio doença, auxílio maternidade, FGTS, decimo terceiro salário entre outros. Ou seja, em parte dessas relações de estagio é desrespeitado tanto a condição de estudante estagiário, uma vez que não gozam dos critérios mínimos para desenvolver a atividade de estágio, e que os próprios em sua essência possibilitam a exploração, além do equívoco no desempenho de funções incompatíveis com o nível de formação profissional, como desrespeitam também a condição de trabalhador assalariado.

Nós termos aqui expostos, entendemos que os estágios profissionais estão constituindo, sim, formas precárias de trabalho em geral. Ainda que a legislação vigente contemple genericamente a relação entre estágio e área de formação no sentido de desenvolver as habilidades e competências previstas nos projetos de cursos, o que ocorre é que são priorizadas as demandas do mercado de trabalho (HILLESHEIM, 2015, p 08).

O autor coloca que o estágio em suma está se caracterizando como uma possibilidade de atendimento as necessidades do mercado, onde através do estágio é estabelecida uma relação precária de trabalho, em detrimento da proposta pedagógica própria e essencial a categoria estágio.

Vale destacar, que nos diferentes campos de estágio as relações se desenvolvem de formas específicas, com maior ou menor nível de exploração do aluno estagiário. Porém o caráter de exploração permanece nessas relações estando ele atenuado ou não.

É necessário portanto analisar, também de que forma a exploração do estagiário se materializa no cotidiano da prática do estágio, estando estas horas atenuadas ou intensificadas, como forma de resgatar a dimensão teórico-metodológica e ético-política, e possibilitar que através da experiência concreta seja possível traçar estratégias de enfrentamento.

CAPITULO 2- A EXPERIÊNCIA COMO POSSIBILIDADE REFLEXIVA

Neste capítulo, trataremos a discussão em torno da experiência de estágio desta pesquisadora, articulando-a com as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social. Buscaremos evidenciar contradições e êxitos entre a prática desenvolvida e os preceitos contidos nas dimensões citadas, pela materialização disto em ações profissionais, tendo como pano de fundo as questões estruturais e conjunturais que permeiam o universo da educação formal brasileira, no bojo do ensino superior e do estágio supervisionado.

Desse modo, faremos o relato da nossa experiência de estágio não obrigatório, que ocorreu durante a graduação em Serviço Social na UFBA, mais especificamente nos semestres de 2017.2 a 2018.2. É este relato que, na qualidade de sistematização de experiência, permitirá identificar mediações entre a realidade contemporânea, a educação e o Serviço Social.

A seguir, será apresentado o relato de experiência de estágio em Serviço Social em instituição filantrópica, com mutirões de atendimentos e prevenção a agravos na área de saúde.

2.1 A INSTITUIÇÃO

O presente relato, objetiva explicar a experiência de estágio não obrigatório em Serviço Social, em determinada instituição de saúde com natureza filantrópica, a qual trabalha a partir das frentes de atendimento ambulatorial e mutirões de saúde em

comunidades da cidade de Salvador. Pretende-se através dessa descrição suscitar reflexões relevantes em torno da inserção de estagiários na modalidade não obrigatório.

A instituição sobre a qual o presente relato se refere, desenvolve o trabalho de prevenção a doenças e tratamento a agravos no âmbito da atenção primária e secundária.

Na atenção primária, a instituição promove ações de saúde nos municípios do estado da Bahia, de forma que viabiliza o acesso aos usuários o contato inicial no processo de identificação e prevenção de agravos, através da oferta de consultas, exames clínicos e ações educativas em saúde. Para desenvolver esse trabalho, a instituição conta com o apoio de unidades móveis de saúde, e equipe profissional nas especialidades de médico clínico, ginecologista, odontólogo, pediatra, cardiologista, urologista, nutricionista, assistente social, psicólogo, técnicos em radiografia, entre outros variantes em decorrência da necessidade da comunidade onde a ação se desenvolve e/ou temática central da campanha de saúde idealizada pela instituição.

No atendimento primário a saúde através dos mutirões, são construídas atividades educativas em saúde, em forma de roda de conversa, sala de espera e palestras, além dos atendimentos nas unidades móveis.

No âmbito da atenção secundária, ou de complexidade a instituição dispõe de unidades hospitalares, gerencia Unidades de Pronto Atendimento, maternidades entre outros equipamentos de saúde, sendo em todos possível verificar a presença do profissional do Serviço Social.

É relevante incluir que além das ações que compreendem a prevenção e tratamento de agravos, a instituição paralelamente atua na frente de mobilização social através da promoção de oficinas, cursos profissionalizantes, atividades culturais, parcerias com grupos sociais no sentido de contribuir para o fortalecimento, e emancipação dos sujeitos e movimentos populares comunitários nos espaços onde as ações da instituição se constroem.

Através das ações e da composição do quadro de profissionais da presente instituição, é possível inferir a adoção de um conceito ampliado de saúde para referenciar e orientar os projetos de trabalho da entidade, onde se objetiva propor condições adequadas de alimentação, fortalecimento dos indivíduos através do acesso a informação e saúde, prevenção e resolubilidade de agravos, quando possível.

2.2 PÚBLICO ALVO E USUÁRIOS

A instituição trabalha disponibilizando serviços aos mais diferentes públicos devido ao grande leque de possibilidades de serviços, programas e projetos que podem ser concentrados na área da saúde quando se pretende não somente tratamento, como ações preventivas.

Porém, do ponto de vista das demandas mais recorrentes, verifica-se a predominância dentre os usuários que procuram os serviços ofertados pela instituição, a presença de adultos e idosos, majoritariamente do gênero feminino, negras, oriundas de estratos empobrecidos da classe trabalhadora, e oriundos de bairros periféricos. As pessoas procuram estes serviços motivadas pela necessidade de atendimento à saúde clínica e preventiva, não acessível com facilidade por outras vias como nos postos de saúde e hospitais integralmente públicos. E dentre as principais demandas, está a procura por exames e atendimentos médicos diversos.

2.3 AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Considerando os espaços de inserção na seguinte instituição, é possível verificar a presença de assistentes sociais e estagiárias, no espaço ambulatorial, nos mutirões de saúde e nos projetos sociais construídos com as comunidades, realizando diferentes ações profissionais, considerando estas enquanto “[...] conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente.” (MIOTO, 2009, p. 15).

As ações do Serviço Social na presente instituição estruturam-se através da investigação das necessidades das comunidades onde as feiras e projetos sociais irão se desenvolver, investigação está feita através de formulários de pesquisa, ou por meio da apresentação de projetos e propostas de membros da sociedade civil organizada, contendo a priori as necessidades dos grupos e comunidades.

De certo modo, através destes instrumentos de pesquisa e coleta de informações, está presente aspectos da dimensão técnico-operativa, e é possível vislumbrar a estrutura das ações profissionais, articuladas ao conhecimento teórico-metodológico de forma que seja possível analisar os contextos políticos e socioculturais para onde as ações irão se destinar. Percebemos a direção ético-

política no sentido de orientar a finalidade das ações a partir das necessidades dos usuários e suas realidades sociais, através das quais se estabelecem quais os conjuntos de procedimentos e instrumentos serão utilizados para desenvolver as feiras e atividades da instituição. Isto significa que as demandas institucionais não são colocadas em primazia, sendo as demandas dos usuários consideradas no conjunto das demandas profissionais, o que certamente não é fácil de ser feito e exige capacidade de compreensão da conjuntura, do jogo de forças institucional e comunitário, além da habilidade de se colocar entre as demandas supracitadas com credibilidade suficiente para suscitar adesão do público alvo.

Destacamos porém que, além de as ações do serviço social desenvolvidas na presente instituição se condicionarem através do referencial ético-político, orientador da finalidade do trabalho dos assistentes sociais desenvolvidos na presente instituição, estas ações são também delineadas através da natureza filantrópica do espaço ocupacional, qual estabelece limites e possibilidades de intervenção profissional, como por exemplo, diante da iminência de risco de rompimento de vínculos de trabalho caso contrapostos os interesses da instituição, bem como até parâmetros do aceitável perante a instituição empregadora.

2.3.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS MUTIRÕES

Os mutirões de saúde desenvolvidos pela presente instituição, possuem o objetivo de aproximar do usuário os serviços de saúde mais demandados pela comunidade, e facilitar o acesso a procedimentos médicos e preventivos.

Atribui-se aos/as assistentes sociais a organização completa da estrutura do mutirão. Nesse processo é necessário estabelecer a quantidade de profissionais que irão participar da ação, a quantidade de dias em que a ação será executada, e sendo o mutirão em municípios distintos da sede da instituição, é necessário realizar o agendamento de hospedagem e dos restaurantes para suprir as necessidades de alojamento e alimentação para os profissionais que irão compor a ação.

A responsabilidade sobre o pagamento e prestação de contas a instituição também se estabelece enquanto um critério de organização das ações e logo são de incumbência do Serviço Social.

Nessa etapa, os estagiários são responsáveis por elaborar os contratos de pessoa física e jurídica para contratação dos profissionais, separar fichas de questionário social, e fichas para registro de atendimento, as quais irão justificar a quantidade de pessoas atendidas e posteriormente repasse financeiro do SUS.

No retorno à sede da empresa é necessário passar pelo processo de prestação de contas, onde é verificado o quanto foi gasto durante a atividade, incluindo os gastos não previstos, através da conferência das notas fiscais que ficam sob a posse do Serviço Social, o que é feito entre os estagiários e assistentes sociais da instituição, e repassado para supervisão geral desta.

Nesse processo coloca-se enquanto desafio ao Serviço Social, a capacidade de propor respostas qualificadas e coerentes considerando tanto a melhor cobertura de atendimento as demandas apresentadas pelos usuários quanto as possibilidades propostas através da instituição em que se desenvolve seu trabalho. Nesse sentido, o profissional que executa a função de gestão das feiras de saúde, constrói seu trabalho considerando as três dimensões da profissão de forma indissociável.

Decidir sobre tudo que irá compor o evento, desde os recursos materiais, humanos e financeiros, requer a compreensão da demanda dos usuários, e para tal é indispensável perpassar por análises teórico-metodológicas referentes a contextos sociais a nível macro e micro, assim como dispor da dimensão ético-política, para trazer o significado do trabalho desenvolvido ao gerir uma ação, e a capacidade técnico-operativa de como responder a necessidades.

Durante a gestão das ações, essas três dimensões supracitadas, são experienciadas de forma indissociável, pois não há como organizar e gerir ações de forma satisfatória aos interesses dos usuários e as necessidades institucionais, sem a compreensão do sentido da ação, do público alvo, do local onde essa atividade se realiza e suas particularidades, menos ainda sem a capacidade técnica de realizar o trabalho.

Para complementar a execução dos mutirões de saúde, o Serviço Social encarrega-se de realizar salas de espera com temáticas a definir, constrói e distribui materiais educativos em formato de folder ou informativo simples, faz orientações sobre o funcionamento do mutirão, orienta sobre a rede de atendimento, realiza entrevistas sociais e identificação de demandas dos usuários para construção de novos mutirões locais, dentre outras atividades.

Durante a execução do mutirão os estagiários participam ativamente, desde a elaboração e distribuição de materiais educativos dentro das temáticas do Serviço Social, fazem realização de salas de espera, orientação e aplicação de entrevistas sociais, como também exercem a função de apoio a necessidades outras provenientes. Ou seja, o cotidiano da prática do estágio, gira em torno de atender as demandas próprias do Serviço Social, e prestar apoio a demais atividades.

Esse apoio é desenvolvido em atividades como por exemplo, retirada de exames no laboratório encarregado para entrega no mesmo dia do mutirão, entrega de exames, digitação de exames em caso de falta de assistentes para os médicos, entrega de alimentos como café e água para os profissionais impossibilitados de realizar pausas durante as ações, coleta de depoimentos dos usuários sobre suas impressões acerca dos serviços utilizados, busca por pacientes para os casos em que a cota mínima de atendimentos de alguma especialidade medica não havia sido alcançada, registro fotográfico das atividades executadas e apoio aos auxiliares técnicos preenchendo a documentação pré-requisito para que os usuários fossem submetidos ao atendimento médico, no sentido acelerar os preenchimentos e diminuir as filas incompatíveis com a oferta de profissionais técnicos. Ou seja, na fase de planejamento participamos mais ativamente de atividades relativas ao Serviço Social, e na execução destes mutirões, as/os estagiários são mais lotados em atividades meio.

Ressaltamos que a equipe de trabalho se caracteriza enquanto multidisciplinar, e institucionalmente atribuiu-se especificamente aos profissionais do Serviço Social a cobertura de qualquer lacuna que esteja ocorrendo na estrutura da execução das ações de saúde, propiciando e fortalecendo intragrupo a interpretação do Serviço Social enquanto categoria profissional genérica, responsiva a necessidade institucional e do grupo de trabalho. Entretanto, esta responsabilização destas lacunas ao grupo do Serviço Social também pode indicar uma hierarquização da categoria profissional localizada em patamares inferiores frente à determinadas profissões, na distribuição das atribuições dentro do organograma institucional.

Em relação as atividades atribuídas ao serviço social, havia pouca distinção entre demandas para os estagiários e atribuições das assistentes sociais. Excetuando a responsabilidade de portar os recursos financeiros da instituição e autorização para débitos, as responsabilidades com a garantia da ocorrência do evento através da

organização, da cobertura das demandas próprias do serviço social e das demais categorias profissionais eram homogeneizadas entre assistentes sociais e estagiárias.

2.3.2 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES: ORGANIZAÇÃO PROJETOS COMUNITÁRIOS

Motivada por colaborar na resolução de questões pertinentes em determinadas comunidades, através de uma combinação de atividades orientadas por um plano de trabalho construído coletivamente entre profissionais do Serviço Social e comunidade, a presente instituição trabalhava também com projetos comunitários.

Esses projetos, eram construídos e executados em parceria com lideranças comunitárias, grupos, coletivos e membros da sociedade civil organizados, onde ela fornecia suporte através do provimento financeiro e de profissionais a diversos projetos oriundos de comunidades na cidade do Salvador.

A elaboração dos projetos supracitados passa por algumas etapas. A primeira delas é construída na comunidade por seus membros interessados. Após encaminhamento da proposta a instituição, a equipe do Serviço Social analisa, fazendo devidas considerações a respeito das proposições colocadas a priori, e inclui as possibilidades da instituição diante da proposta apresentada.

Parte da minha experiência se desenvolveu em um desses projetos, que era uma oficina de costura, composta por mulheres idosas, negras e em diferentes níveis de escolaridade.

O assistente social se insere nesse projeto como profissional facilitador das atividades, dando suporte aos educadores sociais e oficinairos no desenvolvimento/execução do que foi planejado. É de responsabilidade também do Serviço Social propor atividades reflexivas no decorrer do período da oficina, elaborar palestras com a participação de profissionais da saúde que são do quadro profissional da instituição, e participar atuando também como profissional educador.

Nesse espaço da construção e execução de projetos sociais, o assistente social e o estagiário se dividiam entre as funções de forma igualitária, e em determinados aspectos, por vezes, oscilando em maior distribuição de atividades para o estagiário: a responsabilidade de estar presente em todas as atividades do projeto, organizar os materiais utilizados nas atividades, garantindo a conservação e devolução dos mesmos a instituição, realização de registro fotográfico, coleta depoimentos das participantes sobre a atividade em questão, organização e conservação dos

documentos de arrecadação financeira, tais como lista de presença e ficha para compensação financeira do SUS, mediar conflitos que surgiam durante as atividades envolvendo as integrantes do grupo, e elaborar relatórios mensais descrevendo todo ocorrido durante os encontros do mês incluindo registros fotográficos. Em contrapartida, determinadas assistentes sociais incluídas nesse processo responsabilizavam-se apenas de presenciar a atividade e interagir com as participantes, além de elaborar palestras articuladas entre os profissionais da equipe, as quais ocorriam esporadicamente.

¹ Não temos conhecimento se atualmente a instituição continua a financiar os projetos sociais comunitários. A marca temporal aqui utilizada faz referência à descrição feita na introdução deste trabalho: semestres 2017.2, 2018.1 e 2018.2.

2.4 PROBLEMATIZAÇÃO

Analisando a partir do atual Código de Ética do Serviço Social (1993), o Serviço Social desta instituição se compromete, e alinha-se com alguns dos seus princípios. É possível identificar nas ações do serviço social, o comprometimento com a avaliação da qualidade dos seus serviços, através da avaliação das ações por meio de questionários, de devolutivas dos usuários, a adoção de uma postura ética e política de não neutralidade trazendo discussões em suas atividades que tocam nos temas de gênero, sexualidade, raça, dentre outras questões, no sentido contra hegemônico, de forma a contribuir com a problematização sobre preconceitos presentes no cotidiano social, estímulo ao respeito diversidade e à participação de grupos socialmente marginalizados.

Em contrapartida, a estrutura institucional e de trabalho, não garantem nos atendimentos individuais o sigilo também requerido no Código. Os atendimentos sociais, ocorridos nas feiras de saúde, são realizados em espaços coletivos, com trânsito de pessoas, onde as informações orais fornecidas pelos usuários podem ser acessadas facilmente por terceiros, assim como as próprias entrevistas sociais realizadas nos momentos de atendimento social podem ser acessadas facilmente por qualquer membro da equipe ou terceiro que localize os envelopes de armazenamento.

Apesar das contradições presentes no processo de trabalho, e de estágio, onde é possível verificar estagiários desempenhando funções diversas, algumas vezes, incompatíveis com a área de formação, ou como complementar de lacunas no quadro de funcionários, pode-se dizer que em grande medida o Serviço Social da presente instituição consegue alinhar-se com os princípios preconizados no Código de Ética da Profissão.

Aqui aparece parte das contradições vivenciadas durante o processo de estágio, onde ao mesmo tempo em que é possível desenvolver ações que democratizam acesso a informação aos usuários, viabilizam acesso a informação e direitos, promovem a participação social, que posicionam na correlação de forças entre usuários e instituição a favor dos interesses da população usuária, é possível estar em situação de exploração enquanto trabalhador assalariado no caso das assistentes sociais supervisoras, e enquanto mão de obra barateada na condição de estagiário.

Através da precarização das relações de trabalho, do processo educacional e sobretudo da escassez de possibilidades de sobrevivência e permanência nas

instituições de ensino, é possível criar um cenário social favorável a intensificação do processo de exploração dos indivíduos (estudantes e assistentes sociais).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões conduzidas nesse estudo, foi possível perceber que o cenário educacional brasileiro, assim como em outros países periféricos, sofre graves influências neoliberais que passam por interesses externos, advindos de países com capitalismo desenvolvido e em busca de ampliação de novos mercados, bem como por interesses das nossas elites.

Na busca por novos mercados e sustentação, o capital externo influencia o processo educacional dos países periféricos, intensificando o caráter da educação como ferramenta de sustentação ideológica e técnica para o capital. Portanto dissolver possibilidades de reflexão crítica dentro do processo educativo é também uma lógica de fortalecimento da ordem vigente.

Desse modo, a privatização e precarização dos espaços de educação formal impactarão também nas mais diversas ações de ensino da prática, como é o caso do estágio, seja para moldá-la aos anseios do mercado de trabalho do capital, seja para fragilizá-la quando pautada em conformações de questionamento da ordem.

Neste caso, nossa profissão se contrapõe reafirmando a necessidade da manutenção do caráter crítico reflexivo na formação profissional, através da exigência, por exemplo, de supervisão acadêmica e de campo em todas as modalidades do estágio. O estímulo a reflexão crítica, por exemplo, é um dos principais desafios postos a categoria profissional, uma vez que a conjuntura inteiramente colabora para o oposto.

Destarte, não obstante o Serviço Social brasileiro materializar permanentemente estratégias de enfrentamento com articulação política e resistências junto a diversas camadas da sociedade, e junto aos movimentos sociais combativos, não consegue sozinho obviamente – e por vezes nem coletivamente com outras categorias e grupos de luta - frear tais processos nos espaços de formação e também de estágio.

Assim, é preciso compreender que a conjuntura influencia tanto na forma em que irá se desenvolver o processo formativo na universidade, quanto na realidade dos campos de estágio, na rotina das instituições e, principalmente no cotidiano das/os

usuárias/os dos serviços sociais, aos quais o Serviço Social está ligado. E ainda que orientado por ideais contra hegemônicos haverá sempre limites por todo processo.

A lei federal de regulamentação do processo de estágio (11.788/2008) protege mais o privado do que assegura direitos aos estagiários e garante um processo de estágio qualificado, como já debatemos neste trabalho, se constituindo como um dos instrumentos de facilitação dos processos de privatização e precarização da educação formal brasileira, contendo nela inclusive, explicitamente o direcionamento central do processo de estágio para a apreensão de capacidade técnica de trabalho.

Percebemos enfim que a própria inquietação evidenciada a partir da presença e aprendizados no campo de estágio não obrigatório suscitou a busca por reflexões em torno dessa discussão acerca da qualidade do estágio em suas modalidades de obrigatório e não obrigatório. Ou seja, ele será sempre importante, e condutor da formação profissional, notadamente quando permite aproximações sobre a unidade teoria e prática, com suas mediações e reflexões, para um sólido embasamento do exercício profissional da/o assistente social, cabendo assim a este espaço confrontamentos reflexivos que nos façam olhar com mais profundidade sobre as questões que se apresentam no nosso cotidiano.

Desse modo, entendemos que mesmo permeado por adversidades, o estágio é fundamental no processo formativo, por permitir o movimento de articulação entre o pensar e vivenciar sobre a esfera material, onde ambos necessariamente se nutrem e dão ao sujeito a possibilidade de um fazer profissional mais próximo possível dos preceitos contidos no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Daniel; LOPES, Túlio. **A educação sob a lógica do capital: constituição e consolidação das políticas educacionais em países periféricos do capitalismo mundial.** Salvador: Germinal, 2019.

BRASIL, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes,** Brasília, DF, setembro 2008.

FORTI, V; GUERRA, Y. **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 3-15.

HADDAD, Sérgio. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo, Cortez, 2008.

HILLESHEIM, J. **Os paradoxos das propostas de valorização do estágio profissional.** Florianópolis- Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180655/Eixo_2_190.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 29 de setembro de 2019.

LEWGOY, A. B. **O estágio supervisionado em serviço social: Desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional.** Brasília: Temporalis, n. 25, 2013.

SANTOS, V. N. **Estágio supervisionado em serviço social: Desafios na formação e no exercício profissional.** Aracaju Ba: Interfaces Científicas – Humanas e Sociais, 2017.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?** São Paulo: Lumen Juris, 2010, p. 1-111.

SOUZA, C. **O estágio obrigatório em Serviço Social e a Lei 11.788/2008: entre a qualidade e a desproteção.** 2017. Trabalho de conclusão de curso, Florianópolis, 2017. Disponível em < <http://dssestagio.paginas.ufsc.br/files/2013/06/TCC-CARINI-ALVES-DE-SOUZA.pdf>> acesso em 28 de setembro de 2019.